



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Letras

Pós-Graduação em Letras

Bianca Baptista da Silva

Socialismo Petista:

práticas discursivas que validam a polêmica.

Rio de Janeiro

2010

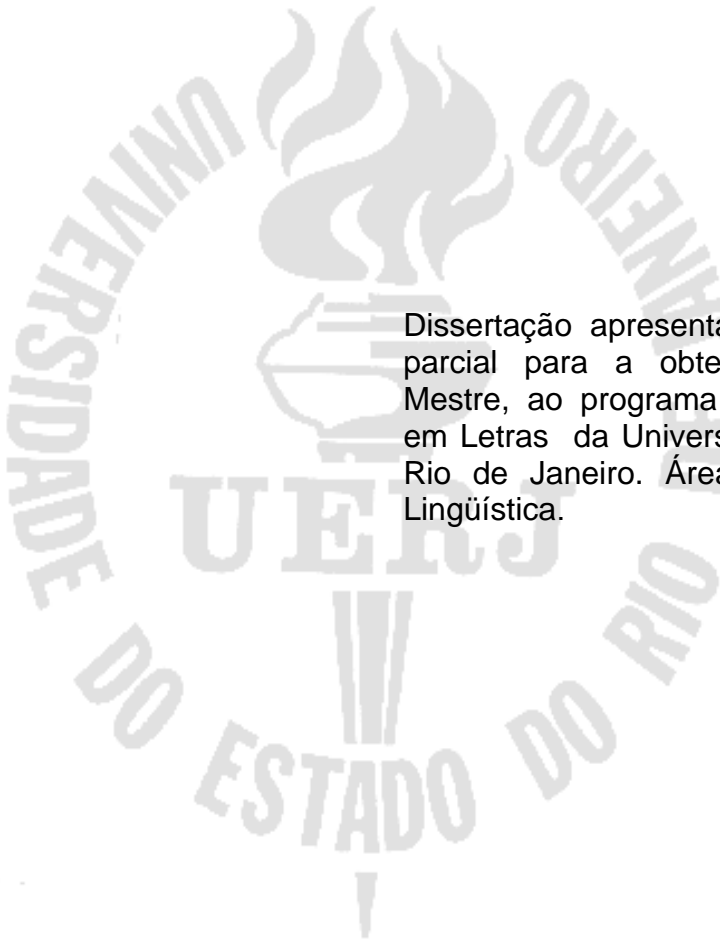
Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Bianca Baptista da Silva

**Socialismo petista:
práticas discursivas que validam a polêmica.**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a Dra. Vera Lúcia de Albuquerque Sant 'Anna

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S586	<p>Silva, Bianca Baptista. Socialismo petista : práticas discursivas que validam a polêmica. / Bianca Baptista Silva. – 2010. 120 f. : il.</p> <p>Orientadora: Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Análise do discurso – Teses. 2. Partido dos Trabalhadores (Brasil) – Teses. 3. Paráfrase – Teses. 4. Dialogismo (Análise Literária) – Teses. 5. Socialismo - Teses. I. Sant'Anna, Vera Lúcia de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 82.085</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a sua fonte.

Assinatura

Data

Bianca Baptista da Silva

**Socialismo Petista:
práticas discursivas que validam a polêmica.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Lingüística

Aprovada em 20 de setembro de 2010.

Banca Examinadora:

Profª Dra. Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Profª Dra. Ângela Correa Ferreira Baalbaki
Instituto de Letras da UERJ

Profª Dra. Vanise Medeiros
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

À família, pela vibrante expectativa.

Aos amigos que me dispensaram minutos de paciência.

A Ricardo, pelos inesgotáveis diálogos e preciosos silêncios.

AGRADECIMENTOS

À professora Vera Sant´anna – por sua paciência sem fim, sua sensibilidade e sua eficiente orientação.

À professora Vanise Medeiros - pela aguçada leitura de meu Projeto de Qualificação de Mestrado que muito contribuiu para a finalização deste trabalho.

À amiga Augusta Avalor - pelas reflexões e companhia desde a graduação.

À Fundação Perseu Abramo - por manter os arquivos do PT disponíveis para consulta física e online e aos seus funcionários que tão gentilmente me receberam em sua sede.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro - que ainda persiste formando graduados, mestres e doutores, a despeito do descaso com que é tratada pelas autoridades governamentais.

A essência das grandes conquistas está na capacidade de sonhar.

Joaquim Cruz
primeiro atleta brasileiro ganhador de medalha de ouro em uma Olimpíada

RESUMO

SILVA, Bianca B. *Socialismo Petista: práticas discursivas que validam a polêmica*. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010.

Com recentes mudanças do cenário político brasileiro, o Partido dos Trabalhadores surgiu, consolidou-se e assumiu diversos cargos no Legislativo e Executivo nos últimos 30 anos. Com origem no movimento sindical, o partido elegeu seu maior líder, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil em 2002. Entretanto, em 2005, o partido sofreu grande crise quando teve sua autoproclamada imagem de partido ético abalada pelo escândalo do *mensalão*. Acusado de não ser o mesmo PT, o partido viu uma dissidência de grande número dos seus fundadores. Haveria de fato um partido antes e depois do escândalo? Tal curiosidade inicial levou esta pesquisa a analisar os documentos oficiais do PT, para que se pudesse ter um panorama de suas mudanças; compreender o que o próprio partido dizia de si. Após as primeiras leituras, verificou-se a recorrência da designação **socialismo petista**. Desse modo, esta pesquisa estabeleceu seu objetivo em apresentar diferentes sentidos de socialismo petista construídos em documentos oficiais do PT. Sob a perspectiva discursiva da Análise do Discurso (AD) de origem francesa, verificou-se que a polêmica era um elemento importante no material analisado. A partir do pressuposto teórico do dialogismo, instituído por Bakhtin (2006), e do conceito de polêmica desenvolvido por Maingueneau (1997), este trabalho pretendeu identificar os embates relevantes entre o Mesmo e o Outro petista para a construção da imagem do partido. Considerando a ascensão da legenda ao poder institucional e, conseqüentemente, o deslocamento de lugar de sua fala, esta pesquisa observou a mobilização de sentidos de socialismo petista em resoluções de duas plenárias nacionais: a primeira é a do 7º Encontro Nacional, realizado em 1990, quando o partido fazia parte da oposição ao governo federal; a segunda plenária é o III Congresso Nacional (2007), momento em que o partido já havia passado pela experiência de estar no governo federal e assumindo um segundo mandato ao reeleger Lula. A partir da idéia segundo a qual dizer novamente o que já fora dito mobiliza novos matizes de sentido, o conceito de paráfrase como ressonância de significação (Serrani, 1991) também ajudou a compreender os diferentes sentidos de

socialismo petista construídos pela polêmica no diálogo estabelecido entre as duas resoluções.

Palavras-chave: Polêmica. Paráfrase. Reformulação. Dialogismo. Discurso político. Partido dos Trabalhadores. Socialismo.

Resumen

Con recientes cambios en el escenario político brasileño, el *Partido dos Trabalhadores* surgió, se consolidó y asumió distintos cargos en el legislativo y ejecutivo en los últimos 30 años. Con origen en el movimiento sindical, el partido eligió su mayor liderazgo, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de Brasil en 2002. Sin embargo, en 2005, el partido, que se proclamaba ético, sufrió gran crisis cuando su imagen se tambaleó por el escándalo del llamado *mensalão*. Tras acusaciones de no ser el mismo partido, PT vio una disidencia de gran número de sus fundadores. ¿Habría de hecho un partido antes y después del escándalo? La curiosidad inicial llevó este análisis a estudiar los documentos oficiales del PT, con el objetivo de obtener un panorama de sus cambios; comprender lo dicho sobre sí mismo. Después de las primeras lecturas, se verificó la recurrencia la designación **socialismo petista**. Así, esta investigación ha establecido su objetivo en presentar diferentes sentidos de socialismo petista contruidos en documentos oficiales del PT. Bajo la perspectiva discursiva del Análisis del Discurso (AD) de origen francesa, se ha verificado que la polémica era un elemento importante en el material analizado. A partir del supuesto teórico del dialogismo, instituido por Bakhtín (2006), y del concepto de polémica desarrollado por Maingueneau (1997), este trabajo ha pretendido identificar los embates relevantes entre el Mismo y el Otro petista para la construcción de la imagen del partido. Llevándose en cuenta la ascensión del partido al poder institucional y, consecuentemente, el desplazamiento de su habla, este análisis observó la movilización de sentidos de socialismo petista en textos de dos asambleas nacionales: la primera, la del 7º Encuentro Nacional (1990), cuando el partido formaba parte de la oposición al gobierno federal; la segunda asamblea es el III Congreso Nacional (2007), momento en el cual el partido había pasado por la experiencia de estar en el gobierno federal y asumiendo un segundo mandato al reelegir Lula. Según la idea de que decir una vez más lo que se había dicho moviliza nuevos matices de sentido, el concepto de paráfrasis como resonancia de significación (Serrani, 1991) también ayudó a comprender los distintos sentidos de socialismo petista contruidos por la polémica en el diálogo establecido entre las dos resoluciones.

Palabras clave: Polémica. Paráfrasis. Reformulación. Dialogismo. Discurso político. Partido dos Trabalhadores. Socialismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.1 As primeiras manifestações socialistas	14
1.2 Movimentos de esquerda no Brasil – século XX	17
1.3 Três décadas de PT: discurso em prática	19
2. FUNCIONAMENTO DISCURSIVO	26
2.1 Concepção de Língua e Discurso	26
2.2 Contribuições de Bakhtin	27
2.3 A Análise do Discurso e seus princípios	31
2.3.1 <u>Distintas perspectivas sobre linguagem</u>	31
2.3.2 <u>Sujeito e ideologia</u>	32
2.3.3 <u>Sentido e significado</u>	34
2.3.4 <u>Memória</u>	35
2.4 Primado do Interdiscurso	39
2.5 A polêmica e o discurso político	43
2.6 As resoluções como gênero de discurso	45
2.7 Os sentidos mobilizados na superfície discursiva	49
2.7.1 <u>Designação</u>	49
2.7.2 <u>Processos de reformulação</u>	50
2.7.3 <u>Modalização</u>	51
2.7.4 <u>Negação polêmica</u>	52
3. METODOLOGIA	54
3.1 Primeiros passos	54
3.2 A organização do PT	55
3.3 Os primeiros recortes	56
4 ANÁLISE	59
4.1 Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista – designações	70
4.1.1 <u>Incorporando outras FDs</u>	70
4.1.2 <u>Mantendo campo, mudando sentidos</u>	72
4.1.3 <u>Comunidade discursiva petista: composição e identificação</u>	75
4.2 Deslocamento de sentidos nas coincidências do dizer	82
4.2.1 <u>Os matizes de uma relação: social-democracia</u>	82
4.2.2 <u>Entre o dizer e o dizer novamente: democracia econômica</u>	88
4.2.3 <u>A falta de coincidência entre os dizeres</u>	91

5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	102
	ANEXO A – Capítulo intitulado “O socialismo petista” pertencente às resoluções do 7º Encontro Nacional do PT de 1990.	105
	ANEXO B – Capítulo intitulado “O socialismo petista” pertencente às resoluções do III Congresso Nacional do PT de 2007.	112

INTRODUÇÃO

Antes de começar a escrever esta pesquisa, o interesse pelo discurso político orientou as primeiras investigações. Ao observar o plano político contemporâneo, a curiosidade se manifestou pela política partidária no Brasil, com suas novas e velhas práticas. Após as primeiras leituras, surgiu o interesse em observar os documentos produzidos pelo Partido dos Trabalhadores, devido a sua trajetória e à importância de que se reveste como o partido do atual presidente da República. Uma das primeiras perguntas naquele momento foi: “que partido é esse?” Além de outras decorrentes, como: quem são aqueles que compõem o partido, ou melhor, quais são seus personagens? Em que o partido acredita? O que o partido rechaça? O que quer dizer “ser petista”? Por fim, o interesse em saber o que o PT dizia de si mesmo.

Naturalmente, só um estudo no âmbito da ciência política poderia responder de modo satisfatório às perguntas apresentadas. Não obstante, são essas indagações que subjazem a esta pesquisa; afinal, a tarefa de observar as produções no plano do discurso de documentos oficiais do PT pretende buscar marcas que denotem uma visão do partido por ele mesmo. Por isso, escolheu-se trabalhar com as resoluções dos congressos nacionais, pois, como se verá no capítulo de Metodologia, são textos produzidos a partir de discussão e votação em plenária por seus militantes. Nessas resoluções, a designação **socialismo** era recorrente em grande parte dos documentos oficiais.

Optou-se, assim, por identificar os diferentes sentidos construídos sob o termo socialismo a partir da polêmica – marca lingüística predominante nas resoluções – que engendra a relação Mesmo/Outro petista. Feita essa constatação, formularam-se outras indagações: Quais seriam os embates travados nas distintas resoluções? Que sentidos poderão ser observados a partir desses embates? Sob a ótica dos estudos da Análise do Discurso (AD) de base francesa, este trabalho pretende observar que sentidos de socialismo foram cristalizados pela memória e quais foram ressignificados, ou mesmo apagados, na produção discursiva do partido.

Primeiramente, far-se-á uma breve apresentação do surgimento do socialismo na Europa e suas práticas no Brasil. Em seguida, apresentar-se-á uma concisa

contextualização dos períodos de fundação do partido, da realização do 7º Encontro Nacional e do III Congresso Nacional, plenárias nacionais que produziram resoluções analisadas por esta pesquisa. A dinâmica pela qual se constitui uma assembléia nacional estará descrita no capítulo de Metodologia. Em capítulo subsequente, análise dos fragmentos selecionados e, por fim, as últimas considerações.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 As primeiras manifestações socialistas

A prática política – seja pelo seu estudo científico, seja pelo envolvimento dos grupos sociais fora da academia – provoca eternas discordâncias em torno de conceitos chave. Se por um lado eles estão amplamente consagrados, por outro defini-los é extremamente controverso: direita, esquerda, nacionalismo, socialismo, liberalismo, democracia, dentre outros termos. Este trabalho se propõe a realizar uma breve contextualização sobre o socialismo no Brasil, sem esgotar o tema ou mesmo apresentá-lo de modo definitivo. Sua tematização faz-se importante, pois é a partir de sua abordagem nas resoluções do PT que esta pesquisa investiga os principais deslocamentos de sentido no plano discursivo.

As primeiras manifestações do socialismo com a configuração conhecida hoje nasceram na Europa ao final século XVIII, conforme constata Konder (2003), especificamente após a Revolução Francesa (1789-1799). De acordo com o autor:

O socialismo surgiu como um continuador da luta contra as injustiças sociais, porém introduziu nessa luta um elemento novo: a proposta de transformação nas condições da produção e da apropriação da riqueza produzida pela sociedade. O programa político defendido pelos socialistas, em nome das necessidades vitais da comunidade, passou a impor restrições aos direitos dos proprietários particulares. (2003:10).

A classe burguesa francesa, composta por industriais e comerciantes, se aliou a populares, como camponeses, para lutar contra o regime feudal. Nesse sentido, os interesses da burguesia eram defendidos pelo movimento liberal – iniciado antes da Revolução Francesa –, responsável por contestar as instituições mantidas pelos reis que, segundo os burgueses, privilegiavam a nobreza em detrimento da capacidade individual de produzir e da geração de capital. Mesmo antes da revolução, havia tendências mais e menos conservadoras entre os liberais. Após o período da Revolução Francesa, parte dos liberais considerava necessária a restrição da participação de populares nas decisões políticas, como um modo de assegurar a liberdade para todos. Por outro lado, havia aqueles que defendiam tal participação,

sendo chamados, a partir de então, de democratas. Entre seus membros mais radicais esboçou-se o socialismo:

Para os democratas, a igualdade perante a lei não bastava, era uma proclamação inócua, já que os setores mais humildes da sociedade não teriam como fazer valer, na prática, seus direitos. Os democratas propunham que o Estado interferisse na esfera econômica, impondo limites à ganância dos ricos e criando uma certa igualdade no plano da vida prática, da existência material (e não apenas no plano jurídico). (idem: 12).

Na França, o socialismo se consolida a partir de uma proposta política radical, por meio de uma conspiração violenta – a “Conspiração dos iguais”. Os “iguais” lutaram por um Estado controlador, pela extinção da propriedade privada: a terra seria de todos. O movimento não obteve êxito; entretanto, as idéias socialistas permaneceram e foram renovadas na atmosfera do romantismo, dando lugar ao socialismo utópico. Além disso, tais idéias percorreram outros países na Europa. Ao longo do século XIX, houve diversos estudiosos do socialismo utópico com distintos modos de teorizar. No contexto do romantismo, o que pode ser dito é que tais teóricos expressavam em certa medida o sonho do proletariado.

Em meados do século XIX, o romantismo começa a perder força e, conseqüentemente, reduz-se a relevância do socialismo utópico. Outras correntes socialistas surgiram e participaram em Londres da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872). O teórico mais influente da associação – que posteriormente seria a Primeira Internacional – foi Karl Marx, alemão que vivia em Londres.

É importante ressaltar que França, Alemanha e Inglaterra, países em que o socialismo se enraizou como alternativa ao capitalismo, já haviam passado pela industrialização. O proletariado, em meados do século XIX, era predominantemente urbano, industrial, organizados em sindicatos. Ao lado de Friedrich Engels, Marx criticava o modo de produção capitalista e a propriedade privada. O teórico alemão desenvolveu ainda o *materialismo histórico*, uma concepção que atribui ao decurso da história – e não à natureza humana – a responsabilidade pela realidade social, que, em última instância, seria síntese de múltiplas determinações. Logo, a realidade que se instaura pode ser superada historicamente pelos homens.

Reconhecendo a eficácia do modo de produção capitalista, Marx identifica que ele possibilita a organização do proletariado. De acordo com Konder:

Assim, analisando a situação criada à sua volta, Marx concluiu que o movimento operário iria se fortalecer e derrubar revolucionariamente o domínio da burguesia; iria instaurar (após um breve exercício ditatorial de seu poder) uma sociedade sem classes, o *comunismo*.(2003:19)

E como essas idéias chegaram ao Brasil? Em meados do século XIX, Paris era a cidade dos sonhos das elites brasileiras; além disso, era a referência primeira quanto à moda, à cultura, aos costumes e à boa etiqueta – resumidamente, a França era o país da moda. É natural que a efervescência das idéias em voga na cidade das luzes chegasse às terras tupiniquins, ainda que em velocidade náutica. Muitos intelectuais brasileiros viviam no exterior e traziam as “modernidades” européias. Contudo, como brilhantemente salientou Konder (2003), *“o que os seres humanos pensam depende do que eles fazem, e depende também de como eles vivem”*. E os brasileiros viviam em um regime escravagista, portanto, não havia espaço para idéias formuladas a partir de uma relação de produção de bens inexistente no Brasil.

Enquanto na Europa se discutia uma maneira de organizar o proletariado em escala internacional, como resposta à burguesia, que detinha mecanismo de exploração nas mesmas dimensões, o Brasil vivia o Império, regime ainda estruturado sobre uma economia essencialmente agroexportadora. Ao mesmo tempo, porém, chegavam as notícias da Europa, como aquela que teve grande repercussão no país, que foi o levante dos trabalhadores parisienses – a Comuna de Paris. Contudo, as publicações eram superficiais, sobretudo no que concerne às idéias marxistas.

A abolição da escravatura em 1888 abriu espaço para os primeiros centros industriais e, por conseguinte, os primeiros operários, muitos deles imigrantes. Além de sua força de trabalho, os imigrantes (em grande parte, espanhóis e italianos) trouxeram ideais anarquistas. Outro fator que animou os pioneiros socialistas foi a proclamação da república no ano seguinte. Os socialistas passaram a atuar e, a partir de então, a primeira divisão interna deflagrou-se: social-democratas e socialistas libertários. Estes herdaram um matiz originado no socialismo utópico. Aqueles respondiam conforme a Segunda Internacional.

O início do século XX foi o período em que os primeiros movimentos de esquerda se consolidaram. Além do anarquismo e socialismo – ainda em dimensões tímidas – o comunismo torna-se, após a I Guerra Mundial, o principal movimento de esquerda no Brasil.

1.2 Movimentos de esquerda no Brasil – século XX

Das várias tendências, organizações e partidos de esquerda, houve três movimentos que, embora tenham tido períodos variáveis de prestígio, mantiveram grande relevância no último quarto do século XX, período de constituição do PT.

O professor Daniel Aarão Reis Filho (2005), aponta duas grandes tendências da tradição de esquerda no período compreendido entre o pós-I Guerra e o golpe militar de 1964: o nacional-estatismo e a legenda PCB. A primeira tinha como seu maior expoente o PTB de Vargas, porém não se restringia a essa legenda. Leonel Brizola liderou o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). De acordo com Reis Filho, as características ideológicas da tradição estatista permaneceram em outras organizações:

Não faltam outros exemplos expressivos como o da poderosa Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Autonomizando-se de suas bases, a ANDES é hoje um baluarte do nacionalismo radical, cultivando as idéias-força e os grandes temas do nacional-estatismo: a soberania nacional, a questão do *imperialismo*, imaginado como força externa, a nação brasileira como vítima de um processo de opressão nacional e de elites *podres* que parasitam o corpo são de um povo permanentemente ludibriado e enganado. (2005:178).

Tais questões, como o imperialismo e a elite nacional, são abordadas nas resoluções do PT. Percebe-se assim que são temas presentes no fluxo discursivo das discussões travadas pela(s) formação(s) discursiva(s) de esquerda do final do século XX.

O professor sustenta que durante o Regime Militar a esquerda rechaçou o trabalhismo, acusando-o de populismo, de ser um instrumento de opressão utilizado pela burguesia. Todavia, considera inegável o legado de um movimento que durante anos compôs as organizações sociais.

Reis Filho justifica seu resgate dos movimentos progressistas, pois avalia que inúmeros estudos sobre a esquerda se direcionaram apenas ao PCB. Muito embora o professor tenha razão em sua argumentação, é inegável o vínculo entre a idéia de ser **esquerda** e de ser **comunista** (nos moldes do PCB), absorvida por considerável parcela da sociedade brasileira, o que concorreu de forma decisiva para o apoio desta ao golpe militar.

A outra grande tradição de esquerda é, segundo Reis Filho, o próprio PCB. A organização fundada em 1922 foi o partido de maior expressão de esquerda até a consolidação do PT na década de 80. Acerca de sua origem, o historiador Jacob Gorender (2005) revela que o inicialmente chamado de Partido Comunista do Brasil foi renomeado para Partido Comunista Brasileiro. A tradição do partido comunista no Brasil não foi a mesma que existia na Europa, conforme assinala o autor:

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, não teve origem social-democrata, porque não havia social-democracia no Brasil. O Brasil foi escravagista até o século XIX. Depois começaram a surgir centros industriais, com operários, em geral imigrantes, formando um pequeno proletariado. Mas não surgiram movimentos social-democratas. Ao contrário, a influência maior nesse jovem proletariado, em grande medida de origem italiana e espanhola, foi a influência anarquista, e foram justamente os anarquistas, nove deles, que fundaram o PCB. (Gorender, 2005:164).

Ao estudar os embates presentes nas resoluções do PT, identificou-se a tematização em torno do comunismo. A maneira pela qual o PT aborda o assunto será estudada na análise; contudo, já se pode antecipar que se trata de mais uma coerção estabelecida pela formação(s) discursiva(s) de esquerda.

A última das três tradições destacadas é o movimento intermitente da social-democracia. Com origem diversa à social-democracia européia (marcada pela ação do operário/proletário desde o século XIX), houve várias tentativas de criação de um partido com ideais baseados na social-democracia européia. Este movimento só se consolidou no Brasil, como partido político, em 1946 com a fundação do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Assim como o PCB, o PSB também estava muito vinculado às práticas européias: o seu projeto para o país formulava-se de modo nada original, sem muitas adaptações às características sociopolíticas do Brasil. É interessante ressaltar que o PSB nasce no período em que comunistas e

trabalhistas se aproximaram. Sua principal atuação era, portanto, fazer-lhes críticas, mais que apresentar uma proposta original de desenvolvimento para o país.

A legenda, porém, não ganhou muitos adeptos até sua extinção em 1965, já no Regime Militar. Somente no ano de 1989 o Brasil ganha um partido social-democrata que adquire grande expressão, o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira). Após cinco anos de existência, a legenda elegeu Fernando Henrique Cardoso presidente da República.

Em âmbito internacional, na década de 60, a social-democracia permanecia consistente, tanto na Europa como nos Estados Unidos (embora não houvesse homogeneidade desta tradição). Seu desgaste ocorrerá no final da década de 70, quando a estrutura do Estado de Bem-Estar Social entra em crise gerando protestos em diversos países.

1.3 Três décadas do PT: discurso em prática

A história do PT se confunde com a história do movimento sindical do interior paulista – local de concentração das montadoras automobilísticas – na década de 70 do século XX. No período de ditadura militar, Ernesto Geisel inicia o processo de abertura política ao determinar o fim da censura prévia e ao extinguir o Ato Institucional nº5 (AI-5), instrumento legal do regime autoritário em um período de intensos protestos populares.

Nas eleições indiretas de 1979, com o apoio de Geisel, o general João Batista Figueiredo é eleito e dá continuidade ao processo de abertura política. Uma das medidas adotadas por Figueiredo foi a extinção dos dois únicos partidos existentes, a Arena (partido que apoiava os militares) e o MDB (partido de oposição), restabelecendo oficialmente o pluripartidarismo, conforme descrição do professor Antônio Pedro:

(...) surgiram o PDS (Partido Democrático Social, antiga Arena), apoiando o governo; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB); o PDT (Partido Democrático Trabalhista), tentando retomar o trabalhismo de Vargas; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com posições mais conservadoras; o PT (Partido dos Trabalhadores), nascido do movimento sindical da região do ABC; o Partido Popular, que nasceu como um partido liberal-conservador, mas que logo se fundiu com o PMDB. (Pedro, 2005:514).

No início de 1979 a Carta de Princípios foi escrita por membros do movimento sindical metalúrgico em São Paulo, tornando-se o primeiro registro escrito do Partido dos Trabalhadores. A organização partidária foi formada por distintos segmentos da sociedade com apoio de setores da Igreja católica vinculados às comunidades eclesiais de base, movimento com forte influência da Teologia da Libertação – linha mais progressista da Igreja à época –, intelectuais da esquerda brasileira, movimento estudantil, organizações de esquerda, lideranças populares. Conforme assinala Dallagnol,

Dentre os grupos simpatizantes ao partido estão metalúrgicos, petroleiros, bancários, professores, artistas, jornalistas, funcionários públicos, e donas-de-casa na busca por melhores condições de vida, salário, educação, moradia, transporte e saúde. (2006,40).

A fundação oficial do PT ocorreu em 1980.

O modo pelo qual terminou a ditadura militar agradou a poucos, seja àqueles simpáticos ao regime, seja aos que vislumbraram na abertura gradual e nos acordos para uma anistia geral e irrestrita uma danosa herança para o processo democrático. As *diretas já*, que não aconteceram, frustraram os brasileiros sedentos pelo direito de votar nominalmente no candidato à presidência.

O final da década de 80 foi caótico, com uma economia bastante desestabilizada e índices elevados de inflação. Contudo, havia um forte sentimento de esperança e um vigor político, herança combativa do tempo de ditadura, que movia os brasileiros à época da primeira eleição presidencial direta após a promulgação da Constituinte de 1988.

O PT não havia elegido nenhum nome na eleição de 86 a governador de estado, denotando sua fragilidade e pouca expressão, embora estivesse em rota de crescimento. A primeira grande participação do PT em disputas eleitorais foi o pleito

de 1989, em que Lula chegou ao segundo turno concorrendo com Fernando Collor. O ex-líder sindical e presidente petista conseguiu reunir todos os partidos de esquerda nesta etapa contra o 'candidato da modernidade'. O empresário de 42 anos que dizia ser um "caçador de marajás" venceu o ex-operário prometendo trazer o futuro para o Brasil. Collor tornou-se o primeiro presidente eleito diretamente no período de democratização. Entretanto, foi deposto no terceiro ano de seu mandato após envolvimento em corrupção.

À época do pleito, embora derrotado, o PT consolidava-se como um partido de tradição de esquerda com largo respaldo popular (considerando as observações acerca do voto de legenda). Não se podia, contudo ignorar seu alto nível de rejeição. Trata-se de uma época em que muitos militantes trabalhavam de graça, não só distribuindo folhetos, mas fazendo reuniões em casas de família com o objetivo de agregar filiações por acreditarem nas propostas do partido. Ainda havia os simpatizantes (não filiados) que usavam cotidianamente bótons com símbolo do partido. Embora esse não tenha sido um expediente exclusivo do PT, a consolidação da legenda ocorreu naquele período sob uma atmosfera de comprometimento político-ideológico. Note-se que durante a década de 80 os movimentos sociais (associações de moradores, organizações estudantis, dentre outros) estavam bastante articulados e organizados, o que promoveu em 1989 um alto nível de politização em todos os segmentos da sociedade.

Sob essa atmosfera política aliada aos acontecimentos internacionais – queda do muro de Berlim, crise do socialismo real, dentre outros –, ocorre o 7º Encontro Nacional do PT em 1990. Nele o socialismo tem lugar em uma longa discussão, visto que o encontro tem por objetivo estabelecer o tipo de socialismo que o PT pretende desenvolver. No ano subsequente ocorre o I Congresso Nacional, evento de maior expressão que os encontros já realizados. No capítulo de metodologia, a organização de tais reuniões será explicada.

Nos anos seguintes, a legenda cresceu e ocupou cargos em diversos níveis de estado: vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores (Sader: 2003, 146). Para que se dimensione o PT em relação à história de esquerda, primeiramente, é necessário refletir sobre o sistema eleitoral brasileiro. Os

governantes no Brasil são eleitos em um sistema de representatividade, ou seja, o eleitor vota em um indivíduo para que este o represente em uma determinada esfera de poder do Estado. O indivíduo que se candidata ao cargo representativo deve filiar-se a um partido político. Contudo, grande parte do eleitorado brasileiro escolhe seu candidato pela sua apresentação individual, não o escolhe considerando o partido ao qual está filiado.

Em relação ao tema, Albuquerque e Dias (2002) destacam o trabalho de David Samuels(1997) sobre voto partidário no Brasil. Os partidos promovem suas campanhas focando as qualidades do candidato em detrimento das diretrizes partidárias. Um dos resultados desse processo é o baixo índice do voto para a legenda partidária. Por outro lado, de acordo com Samuels, “o PT tem sido o único grande partido brasileiro a receber esses votos (de legenda) de modo regular e constante em alta proporção” (apud Albuquerque; Dias: 2002). Além do voto de legenda, houve um aumento na identificação do eleitorado com a imagem do PT:

Para além da conquista de um significativo percentual de votos de legenda, o PT tem revelado êxito na construção de sua imagem junto ao eleitorado, o que pode ser percebido nos números relativos à identificação partidária entre os brasileiros. Assim como foi verificado com os votos de legenda, o PT tem sido o único partido a manter taxas significativamente ascendentes na preferência do eleitorado. (Albuquerque; Dias: 2002: 319)

Tal conclusão se deve aos dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Os estudos demonstraram que em 1989 a identificação partidária dos brasileiros com o PT, em agosto, era de 6%, chegando a 21% em agosto de 2001. Ao comparar com o PSDB, que esteve no governo presidencial por oito anos (1994-2001), a identificação com este partido variou de 1% em 1989 – ano de sua fundação –, alcançando 5% em 1998 – ano da reeleição de Fernando Henrique Cardoso no 1º turno –, regredindo para 3% no final de 2001.

A consolidação do PT como o maior partido de esquerda ocorreu ao longo da década de 1990, período em que o pensamento neoliberal aliado à idéia de globalização foi dominante, permitindo a vitória de FHC sobre Lula em 1994 e 1998. O modelo de globalização se estendeu a outros países da América Latina nesse período, sofrendo, contudo, no Brasil, expressiva resistência, fato que não impediu sua implementação. De acordo com Sader:

O primeiro projeto neoliberal coerente foi posto em prática por Fernando Collor de Mello, eleito presidente em 1989, mas deposto pelo Congresso, por corrupção, em 1992, deixando interrompido o processo de abertura da economia, de privatização, de diminuição do tamanho do Estado e de desregulação econômica – pilares do Consenso de Washington. Fernando Henrique Cardoso, primeiro como ministro da Economia do vice-presidente empossado após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello – Itamar Franco – e depois como presidente eleito em 1994, retomaria esse projeto dando-lhe novo formato – o de combate à inflação, como modalidade latino-americana do projeto neoliberal de ataque aos gastos estatais como suposta raiz da estagnação e do atraso econômico. (2003:153)

Se, por um lado, o PT fazia oposição ao governo de FHC, por outro, consolidava-se na esfera institucional com cargos em todas as esferas de governo e, conseqüentemente, com parte de seus correligionários também participando da máquina do poder estatal.

É importante ressaltar que no pleito de 1994 o PT levou seu candidato ao segundo turno contra FHC, fato que não aconteceu em 1998, quando o tucano foi eleito na primeira etapa. A derrota levou o PT a realizar o II Congresso Nacional pensando em novas estratégias para eleger o presidente da república. A consolidada base eleitoral petista não era suficiente para alcançar esse objetivo. Desse modo, o PT fez ampla coligação nas eleições de 2002, inclusive com antigos rivais. Desde então, o partido começou a sofrer críticas que observavam uma incoerência entre as alianças eleitorais e sua história. Em meio às críticas, o PT venceu as eleições sobre o tucano Geraldo Alckmin no segundo turno do pleito.

Com os escândalos de corrupção envolvendo membros do governo Lula, ainda no primeiro mandato, a imagem de um partido que se mostrava como uma alternativa de esquerda para o país, que defendia prerrogativas tais como ética e transparência, imputando aos governistas de então a ausência de tais valores, foi questionada pela opinião pública, incluindo adversários, mídia e parte dos correligionários.

Por isso, houve dois grandes momentos de dissidência: a primeira foi a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cujos quadros eram compostos quase que totalmente por ex-petistas – tais como as deputadas federais Luciana Genro e Heloísa Helena – que discordaram das políticas adotadas por Lula e pelo PT; a segunda, senão a de maior repercussão, foi a saída de outro número considerável

de correligionários – muitos para o próprio PSOL como o também deputado federal Chico Alencar – após as denúncias do caso do *mensalão*.

O episódio inseriu novo vocábulo no português brasileiro – o *mensalão* –, usado para denominar o caso de corrupção que veio a ser denunciado pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), envolvendo verba de campanha eleitoral para compra de votos de deputados com o objetivo de conseguir apoio no congresso nacional. O escândalo do *mensalão* abrangeu nomes do alto escalão do PT e culminou na demissão do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e na cassação de seu mandato de deputado federal.

Se o PT intitulava-se o partido da ética, ele se viu golpeado interna e externamente quando não poucos analistas sugeriram o fim da legenda e da carreira do mandatário nacional, como o professor titular de sociologia da Unicamp, Ricardo Antunes, em artigo publicado pelo **Jornal do Brasil** em junho de 2005, inserido no livro “Uma esquerda fora de lugar” (2006): “Se a denúncia de Roberto Jefferson mostrar-se verídica – o que aqui só podemos, é bom repetir, tratar como hipótese –, poderá ser o fim do PT e de seu governo” (2006: 83). Talvez somente a argúcia dos palpites do polvo Paul – molusco que virou celebridade ao acertar todos os resultados dos jogos em que “apostou” durante a Copa do Mundo de futebol de 2010 – fosse capaz de antecipar àquela época a contundente vitória de Lula em 2006 e a permanência do PT como o maior partido de esquerda da América Latina.

Passado esse período, alguns estudos de sociologia descrevem o PT como um partido **catch-all** (Dallagnol:2006), ou seja, um partido cujo objetivo principal era ser eleito – e que, para reunir o maior número de eleitores, não reivindica os interesses próprios da base de apoio, mas os interesses em comum com outras classes, assumindo um **discurso universalista**.

O ano de realização do III Congresso Nacional inicia-se com o exercício do segundo mandato do governo Lula. Após um pleito polarizado entre PT e PSDB, os petistas conseguiram manter seu candidato no Planalto. Ou será que foi Lula que manteve os petistas à frente do Executivo? Perguntas e respostas que resumem uma polarização podem apresentar uma disputa, mas são insuficientes para fundamentar

uma análise. Em se tratando de política, as dicotomias não são escassas, sendo recorrente o fato de uma vertente dominante eliminar em seu discurso a outra, como se pode lembrar com a decretação do fim da história, o fim dos movimentos sociais, etc.

No ano de 2010, o quarto Congresso Nacional foi realizado, ocasião em que houve a celebração dos 30 anos da criação oficial do PT. Por outro lado, o partido tenta permanecer por mais um mandato no Planalto, com a candidatura Dilma Rouseff. Pela primeira vez, a legenda apresenta um novo candidato à presidência, visto que em todas as eleições anteriores para presidente, Lula foi o nome escolhido.

Do ponto de vista discursivo, é importante compreender os fatos que antecederam a produção das resoluções de encontro e congressos nacionais, para que se possam aclarar os diálogos travados em tais documentos que somente a memória discursiva pode recuperar. Como esta pesquisa se realiza a partir do conceito de **prática discursiva** (Maingueneau:1997), é fundamental entender quais foram os principais elementos que constituíram a formação discursiva, sua produção (no caso desta pesquisa, as resoluções de plenárias nacionais), considerando a reversibilidade de tais elementos – condição de existência do princípio referido.

2 FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

2.1 Concepção de Língua e Discurso

Esta pesquisa cunha-se nos estudos de Análise do Discurso de origem francesa surgida em meados dos anos 60, quando vigoravam na lingüística os estudos estruturalistas. Embora tenha nascido nesse âmbito, a Análise do Discurso (AD) não se circunscreveu à cadeira das Letras ao observar a escritura; assim, ela se constituiu interdisciplinarmente com o marxismo e a psicanálise. Profissionais de outras áreas – como História e Psicologia – fizeram pesquisas em AD, isto porque a abordagem de temas políticos e filosóficos era de interesse de distintas áreas do conhecimento.

A contribuição que a AD traz aos estudos humanísticos diferencia-se daquela prestada pelos hermeneutas. Estes buscam um sentido verdadeiro que se oculta pela linguagem, quando se faz necessário deslindar as artimanhas lingüísticas para encontrar o sentido real. Sob essa perspectiva, a língua é transparente, à espera de uma leitura especializada que a atravesse em busca do sentido real. Para a AD, os sentidos não estão escondidos ou mesmo localizáveis após uma leitura acurada. Seus analistas entendem que os sentidos são construídos considerando sua historicidade e condições de produção – são esses componentes que lhe dão corpo. O sentido não está formado *a priori*; ao contrário, é pelo interdiscurso que uma palavra “adquire” sentido.

Cabe então questionar do que efetivamente trata o discurso – e o interdiscurso. Primeiramente é imprescindível apontar que a AD se dissocia dos estudos que compreendem língua como sistema, pois trabalha as produções enunciativas e históricas constitutivas da língua.

Para a AD, toda a produção de sentido ocorre na interação com o outro. A interação não se estabelece pela presença física, empírica do outro. Ao tomar a palavra, o sujeito escolhe, conscientemente ou não, o modo de dizer de acordo com seu interlocutor. Por outro lado, tal escolha é realizada a partir de condições que o

circunscrevem em uma situação de enunciação. Assim, o sujeito está modulado pela historicidade de suas palavras e pelos elementos enunciativos que se insere. Nessa concepção se enquadram os estudos sobre linguagem realizados pelo filósofo Mikhail Bakhtin.

2.2 Contribuições de Bakhtin

Muito embora Mikhail Bakhtin não tenha escrito um capítulo sobre dialogismo, foi sua obra que estabeleceu este conceito em crítica ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista. Ao fazer suas análises lingüísticas, o objetivismo abstrato dissolvia o caráter ideológico do signo, transformando, na opinião do russo, o signo em sinal. A crítica recai sobre uma análise que objetivava a forma, excluía o sujeito das produções lingüísticas, assim como eliminava o heterogêneo. Bakhtin em sua análise critica a lingüística por haver utilizado os métodos da filologia como herança, recortando *monólogos fechados*, sem relação com a língua em funcionamento, ou seja, analisando, na verdade, uma abstração. Segundo o estudioso, ao realizar este tipo de análise, a lingüística examinava seu objeto como uma língua estrangeira, ou ainda uma língua morta. Assim, o filósofo russo esclarece que toda enunciação é uma resposta a outra em uma cadeia:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante. (2006:99).

Ao russo interessava-lhe, ainda, criticar a perspectiva do psicologismo que situava a ideologia na consciência, no indivíduo. Bakhtin entendia a relação social como determinante e organizadora da consciência. Cabe ressaltar a ênfase dada pelo russo à construção de sentidos a partir das relações sociais, afinal seu trabalho cunhou-se no materialismo histórico que privilegia a luta de classes em suas análises. No seu entendimento, as relações sociais determinam os sentidos

construídos na linguagem, produzindo um sujeito consciente de suas escolhas, assim como o outro (seja o interlocutor, ou discurso) que lhe constitui.

Uma das grandes contribuições de Mikhail Bakhtin, senão a maior, para os estudos da linguagem foi o conceito de **dialogismo**. Tal concepção se baseia na compreensão da linguagem constituída pela interface com o outro. Para Bakhtin, todo e qualquer enunciado é dialógico, ou seja, todo enunciado adquire sentido em relação ao outro. É fundamental esclarecer que isto se difere do que modernamente chama-se dialogal, caracterizado pelo diálogo face a face. O dialogismo se baseia na interação com o outro, porém esse outro é social, ainda que esteja representado por um indivíduo em um determinado enunciado, isto é, trata-se de uma relação indireta e socialmente determinada. Para o autor, todo e qualquer sentido se estabelece na interação, na relação social. Bakhtin afasta-se da concepção de linguagem que considerava o outro como ruído, algo que precisa ser recortado para que a análise pudesse ser realizada. A alteridade como elemento constitutivo da linguagem cria um novo paradigma para os estudos lingüísticos, pois é o que propicia as pesquisas sobre a heterogeneidade.

Bakhtin propõe à análise lingüística elementos que só anos mais tarde foram incorporados pela AD em dupla dimensão. A primeira refere-se à enunciação que, ao mesmo tempo, responde a um dito anterior e antecipa outros que o seguirão, efetivamente como um elo, caracterizando um diálogo entre os discursos sem marcas lingüísticas – afinal, trata-se de uma concepção de linguagem. Assim, o dialogismo é de caráter constitutivo da linguagem.

Em uma segunda dimensão, pelo dialogismo, Bakhtin desfaz o apagamento do outro nos estudos lingüísticos. É a partir do outro que o mesmo constitui o seu dizer. Nessa perspectiva, o outro é condição do discurso. O filósofo assegura, deste modo, papel ativo do sujeito na constituição da linguagem, sempre em relação ao outro, pois, conforme havia asseverado em seu conceito de signo lingüístico, o sentido se forma na interação. Logo, o sujeito se constitui e direciona seu discurso a partir da idéia que faz do outro.

Segundo Bakhtin (2006), o **dialogismo** refere-se à interseção que um discurso apresenta com seu antecedente e seu subsequente; ou seja, excede a interação discursiva em uma dada ação verbal, trata de toda bagagem histórica que o enunciador expõe no momento da comunicação ao evocar outras vozes para constituir o seu discurso. Se o dialogismo é constitutivo, isto permite enxergar de modo mais evidente, quando um enunciador evoca o discurso do outro.

Para esclarecer seu ponto de vista, Bakhtin escolheu o discurso de outrem, isto é, os modos pelos quais um discurso se apropria de outro ao relatá-lo em textos literários. Trata-se da **polifonia**, ou como o próprio Bakhtin denominou, *concepção estreita do dialogismo* (Fiorin, 2006:33), por se tratar de evidências lingüísticas marcadas no texto, modo de tornar visível o funcionamento, ainda que o dialogismo não se limite a essas formas marcadas. O fenômeno só pode ocorrer se o percebemos a partir de uma perspectiva dialógica de linguagem em que o enunciado é construído por elementos imbricados, nada é isolado. A inclusão do fenômeno polifônico nos estudos lingüísticos possibilitou o desenvolvimento do que atualmente é chamado de heterogeneidade. Aos estudos da AD compete esclarecer que as marcas do discurso do outro estão além de relações sintáticas de relatos exploradas por Bakhtin e também lhe cabe extravasar para além das fronteiras do discurso literário a concepção dialógica. A partir da concepção dialógica, Authier-Revuz (2004) conceitua *heterogeneidade mostrada* aquelas marcas lingüísticas que denotam a presença do discurso do outro e *heterogeneidade constitutiva* como uma concepção de linguagem cuja presença do outro é condição para a existência do discurso.

Em suma, o **dialogismo** é a teoria que propõe a linguagem como réplica em dois aspectos: um diálogo entre os discursos (uma cadeia de enunciados) e um diálogo entre enunciadores (a introdução da alteridade como elemento constitutivo da linguagem). A **polifonia** é a incorporação da voz do outro no discurso do enunciador.

O russo ainda critica o princípio de que a compreensão de um sentido seja passiva, apagando qualquer *réplica ativa*. A percepção da lingüística à sua época, segundo Bakhtin é responsável

por uma visão de linguagem cujo elemento normativo da língua é um sinal, e não um signo (composto pela ideologia) desvinculado de sua real condição de produção, transformando o objeto lingüístico em *fechado-isolado-monológico*. Assim, o filósofo insere o **caráter responsivo da linguagem**, cujo sujeito tem presença ativa no processo do entendimento dos sentidos.

Afinal, o homem não tem acesso direto ao real senão pela mediação da linguagem. Esta, constituída no processo de interação social, está impregnada de valores, ou, como o próprio autor utiliza, impregnada de ideologia. **O signo é ideológico** – sua composição do sentido depende do contexto, de valores compartilhados e de sua herança histórica.

Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística. (Bakhtin, 2006:96).

O sentido está determinado pela relação social; uma vez identificados os elementos que o produzem, o sentido está formado, trata-se de uma relação harmônica. Não há nos estudos de Bakhtin discussões sobre a **contradição, o equívoco, a incompletude**. São as pesquisas em AD que investigarão tais elementos como constitutivos da linguagem.

Outro argumento bakhtiniano é a negação de uma língua formada por um conteúdo interior que precisa de uma expressão exterior, e cujo essencial estaria no interior. Bakhtin expõe que:

[...] o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a *expressão que organiza a atividade mental*, que a modela e determina sua orientação. (2006:114).

Um outro conceito de Bakhtin é o de **forças centrípeta e centrífuga**, que são responsáveis pela centralização e pela dispersão enunciativas respectivamente. De acordo com o conceito, os enunciados estão em uma correlação de forças de modo que não podem ser produzidos aleatoriamente, de acordo com a vontade pessoal do enunciador. Os enunciados se constituem sob elementos relativamente estáveis cuja

variação será maior ou menor de acordo com gênero de discurso e situação de enunciação.

2.3 A AD e seus princípios

A Análise do Discurso (AD) recobre uma área de interseção entre a Lingüística e Ciências Sociais agindo criticamente sobre pressupostos desses saberes para constituir o seu campo de atuação, conforme assiná-la Mariani (1998:24):

Entendemos por reterritorializar, aqui, o gesto que Pêcheux (desde seus escritos como Thomas Hebert), no intuito de provocar uma ruptura no campo dessas ciências, realiza ao deslocar criticamente as seguintes noções: 1) linguagem vista como instrumento de comunicação de informações; 2) sujeito como indivíduo (do modo como a sociologia e/ ou a psicologia descrevem); 3) ideologia como ocultação ou máscara (que seria responsável pela perpetuação da dominação de uma classe sobre outra, de acordo com uma certa leitura de Althusser); e 4) sentido ligado às condições de verdade (conforme a semântica lógica sempre prescreveu)

A partir das reflexões de Mariani, seguem-se alguns desdobramentos:

2.3.1 Distintas perspectivas sobre linguagem

O sentido de linguagem como canal de comunicação é, talvez, um dos mais difundidos. A consagração desse conceito teve como base os estudos da teoria da comunicação elaborada por Roman Jakobson, que estabelece seis elementos básicos do processo comunicativo: o *remetente* (o emissor, ou seja, aquele que comunica), a *mensagem* (o que é comunicado), o *destinatário* (receptor da mensagem), o *contexto* (o referente da mensagem enunciada), o *código* (a linguagem com que se enuncia a mensagem) e o *contato* ou *canal* (veículo pelo qual a mensagem é transmitida). Em se tratando de comunicação verbal, o código é a linguagem verbal.

De acordo com essa concepção, há a separação entre conteúdo e forma; logo, quanto mais hábil o emissor for com o a forma (a linguagem), maior será o êxito em

transmitir o conteúdo, ao passo que o destinatário também necessita dominar a forma para captar sem ruídos o conteúdo.

Há um deslocamento na concepção de linguagem da AD em relação àquela teoria: para os analistas do discurso, é por meio da linguagem que os sentidos se materializam; logo, não é um veículo que transporta algo dentro de si e que dele pode se separar. Linguagem como um instrumento de comunicação supõe que antes dela exista uma informação. Ao contrário, a captação de dados de realidade é feita pela linguagem, só por meio dela o pensamento se organiza (como foi visto anteriormente sobre forma e conteúdo na concepção de Bakhtin). O indivíduo pensa essencialmente com palavras, organiza o mundo pela linguagem e se expressa pela simbologia que sua língua lhe permite, ou seja, é na representação simbólica do mundo que uma comunidade de fala realiza por meio da linguagem que o indivíduo, a partir da sua inserção nesse grupo, conceitua o mundo e se expressa. Assim, toda e qualquer captação do real está constituída por uma língua e, por conseguinte, por valores compartilhados, repletos de ideologia (como o próprio autor consigna), pois o homem não lhe tem acesso direto. O signo é ideológico: sua composição de sentido depende do contexto, de valores compartilhados e de sua herança histórica.

2.3.2 Sujeito e ideologia

Como se pôde constatar, existe uma imbricação entre a linguagem e a comunidade discursiva. Ao contrário de uma primeira impressão, a ideologia para AD não se situa no plano das idéias, responsável por uma visão de mundo compartilhada por uma comunidade. Segundo perspectiva discursiva, a ideologia é responsável pela representação de mundo e pela organização de uma comunidade discursiva. Tal comunidade funda-se a partir de um pensamento, que, por sua vez, só se corporifica por meio da comunidade discursiva à qual se funde. De acordo com Maingueneau:

É preciso, conseqüentemente, interessar-se por esses “processos de organização”, pensar a instituição não como um organograma estático, mas como um complexo que também inclui gestos e modos de relação entre os homens. (1997:60)

É necessário, pois, pensar essa imbricação como um fluxo contínuo. Desse modo, ao tomar a palavra, o sujeito mergulha no fluxo dos discursos a partir de um lugar. Isto significa que a autonomia do dizer está limitada pelos discursos que o interpelam. Essa palavra está carregada de historicidade e o sujeito, ao usá-la, incorpora seu tesouro de sentidos sem ter pleno domínio sobre seu uso. À AD interessa, portanto, não o indivíduo empírico, mas o lugar de onde fala, numa relação estatutária entre enunciadoreis:

Que estatuto o enunciador genérico deve assumir e qual estatuto deve conferir a seu co-enunciador para tornar-se sujeito de seu discurso? O gênero funciona como o terceiro elemento que garante a cada um a legitimidade do lugar que ocupa no processo enunciativo, o reconhecimento do conjunto das condições de exercício implicitamente relacionadas a um gênero. (Maingueneau, 1997:36)

A questão do gênero será examinada mais adiante. Por ora, cabe dizer que esse lugar é determinado pela ideologia, cuja responsabilidade, do ponto de vista discursivo, é a de organizar a relação entre formação discursiva e sua respectiva produção de discurso. Naturalmente, trata-se de um processo heterogêneo e dinâmico. Em relação a esta pesquisa, considerando o deslocamento de um partido que passa de oposição a governo, ele sofrerá necessariamente distintos tipos de coerções, o que provocará mudança em seus discursos. A indagação que se estabelece é saber que tipo de deslocamento sofrerá o discurso, pois nele se inscrevem novas e velhas práticas discursivas.

A noção de força centrípeta e centrífuga corrobora a idéia de que o discurso *“tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”*, conforme destaca Orlandi (2007:22). À AD interessa o estudo da língua como *condição de possibilidade do discurso*, em que o semântico não lhe é externo, senão constitutivo.

Por isso, o conceito *formação discursiva* proposto por Foucault (2008) tornou-se relevante aos estudos da AD. De acordo com o autor:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva(...). (2008:43)

Ao explorar o conceito de Foucault, Orlandi (2007:43) entende por formação discursiva aquilo que em uma posição dada sob uma conjuntura histórico-social, determina, o que pode e/ou deve ser dito. Inicialmente, sob a referida noção, os estudos em AD observavam os discursos de grupos sociais definidos (o discurso do estudante, o discurso do operário, etc.). Com o avanço das pesquisas, não foi possível continuar a aliar um determinado discurso a um grupo social: tal relação, em última instância, não é transparente, pois este determina e é determinado pela sua produção discursiva. Além disso, não se trata de uma relação biunívoca; afinal, o discurso é fluido e composto por outros discursos, o que provoca o entendimento de que um discurso se forma, na verdade, pelo *interdiscurso*. Tampouco uma comunidade de fala é homogênea: ela também está perpassada por outras comunidades que determinam e são determinadas pelos discursos que produzem, em um movimento de reversibilidade contínua. Assim, Maingueneau propõe a conceituação de **práticas discursivas** “para designar esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso” (1997:56).

2.3.3 Sentido e significado

Do ponto de vista da AD, significar é mais que relacionar palavra ao objeto empírico ou mesmo referenciar: trata-se de um processo da ordem do discurso que se apropria da língua para consolidar-se. Desse modo, em uma pesquisa, ao se retomar sentidos construídos em um determinado período histórico, por exemplo, é necessário observar a materialidade em si mesma, no movimento entre o mesmo e o outro, sua historicidade e sua posição enunciativa e a própria condição de pesquisador. Como bem assinala Mariani: “A AD ressignifica, integra e opera com estes três elementos – linguagem, pensamento, realidade –, fazendo intervir um outro fundamental: a memória do dizer (ou seja, o interdiscurso)” (1998:28)

É imprescindível compreender que o sentido se forma em relação com outros elementos discursivos, ou seja, não está inserido autonomamente na língua. Além disso, o deslocamento de um elemento pode constituir mudança de sentido, configurando-lhe um caráter dinâmico, próprio do fluxo do discurso.

A AD incorporou às suas análises estudos da psicanálise, fato que possibilitou pensar o equívoco como modo de significar. Muito embora este trabalho não se detenha sobre tais contribuições, é importante citar que a falha faz parte do discurso, está na ordem do inconsciente – assim, compreender é apenas uma possibilidade ante o não compreender; por conseguinte, o sujeito não tem pleno domínio sobre esse movimento, mais uma vez a linguagem atravessa-o. Sob essa perspectiva, é possível compreender o apagamento, o não-dito, o trocadilho (ou jogo de palavra), além do próprio equívoco, como elementos formadores de novos sentidos.

Resumidamente, em relação à formação de sentido, a AD se opõe àquela concepção de verdade graças à qual é possível encontrar o sentido verdadeiro, escondido pela linguagem. A AD compreende que o efeito de sentido depende dos elementos que o formam, além do papel do analista que age sem isenção – pois está imerso no processo o qual estuda – e que atua segundo à perspectiva teórica a qual é filiado.

2.3.4 Memória

Ao tratar das resoluções dos congressos nacionais petistas, este trabalho naturalmente remete-se a sua história, ou melhor, à história oficial contada pelo próprio partido. Muito embora esteja ali descrita oficialmente, ela não escapa a movimentos que qualquer outro discurso apresenta (não-dito, apagamentos, etc.). Para resgatá-los/ reconstruí-los, faz-se necessário recorrer à memória. É necessário esclarecer que o papel da memória nesta análise ganha robustez pelos seus objetivos; contudo, ela não é exclusiva de *corpus* que seguem uma cronologia. A memória é constitutiva de todo o processo discursivo – afinal, trata-se de uma memória social, impregnada de valores compartilhados por distintas práticas discursivas. Pêcheux expõe que: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido

diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (2007: 50).

Ainda que a memória oficial escolha determinados sentidos para fixá-los, para eternizá-los, ela só se constrói em relação à memória apagada que pode ou não ser recuperada. Acrescenta-se que esta relação não é unívoca visto que, no caso desta pesquisa, a produção de tais documentos ocorre pelas relações sociais travadas no partido; logo, um assunto pode perder prestígio conforme a relação de poder entre as tendências partidárias, ou mesmo o contrário. Desse modo, observar quais registros de memória o PT privilegia em relação a outros s deve expor o lugar de onde fala em cada documento. Pretende-se identificar os sentidos cristalizados nas resoluções, aqueles que se tornaram hegemônicos em face de outros que se apagaram.

À elaboração dos documentos oficiais não escapa a visão de futuro. Neles, encontra-se a visão do partido em relação a seu passado pelo contexto do presente, projetando os sentidos futuros ainda hegemônicos. Formam-se assim as redes de sentido na tensão entre o passado e o novo, quando este promove o descontínuo, o deslocamento, ao passo que aquele filia o novo, atribuindo-lhe sentido a partir do que está estável. Segundo Mariani: “Queremos dizer, com outras palavras, que para fazer sentido é necessária a ocorrência, anterior, de outros sentidos já fixados na memória discursiva e que possam ser filiados para o acontecimento presente” (1998:39).

Para a memória sempre haverá lacunas, equívocos, esquecimentos. Esta não linearidade do discurso abre espaço para a irrupção de sentido, trata-se de um fluxo contrário ao sentido hegemônico e à ilusão de completude que naturaliza os sentidos cristalizados. Esse jogo de dizer sobre o já-dito constitui a memória discursiva que, conforme Mariani(1998,42), se trata de um espaço não-linear “mas seu efeito é apresentar sentidos que querem unívocos e estabilizados no fio do discurso” Esse fenômeno constitutivo dos discursos se torna marcado na superfície

discursiva pelos processos, dentre outros, de reformulação e paráfrase, como se verá adiante.

De modo similar, Michael Pollack (1992), em conferência intitulada “Memória e identidade social”, estabelece parâmetros para que se compreenda o funcionamento da memória. Assumindo o ponto de vista da AD, esta pesquisa utilizará alguns conceitos empregados pelo pesquisador que se relacionam com as práticas discursivas, muito embora Pollack fale do ponto de vista de um estudioso das Ciências Sociais.

Pollack relaciona a memória à construção de identidade, seja ela individual ou social. Diferentemente de sua vulgata sobre memória, o autor a entende como um fenômeno coletivo, construído a partir de uma experiência social com intermitências e modificações. Ainda que o indivíduo tenha vivenciado um fato, sua percepção individual se dará através da interação com o outro. Isto corrobora a concepção dialógica de Bakhtin, segundo o qual os sentidos se formam na interação social. O sociólogo francês acrescenta que existem dois tipos de memória: aquela construída pela vivência e outra adquirida como se fosse uma herança de uma coletividade. Com o transcorrer do tempo, os dois tipos podem se entrecruzar exatamente pelo seu caráter descontínuo. Isto está de acordo com o modo pelo qual a AD compreende a memória discursiva – e, por isso, é possível reconstruir e re-significar sentidos de modo alinear. Pollack ainda relaciona a construção da memória à da identidade:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, (...) é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (1992:204)

Uma das principais características do discurso político é a busca da adesão do co-enunciador – seja para conseguir seu voto, ou mesmo para conseguir uma reação de apoio. Para esta pesquisa, a formulação de Pollack faz compreender a importância das resoluções para um partido político, pois elas apresentam uma identidade oficial. No caso do PT, esses documentos são elaborados após

assembléias com seus correligionários e delegados. Logo, tais documentos buscam orientar as práticas partidárias, visto que estabelecem diretrizes. Contudo, para que isso ocorra, é necessário que a adesão às resoluções se efetive por parte dos membros do partido. Tal adesão só ocorrerá quando a imagem que o co-enunciador constrói para si coincidir, total ou parcialmente, com aquela projetada pelas resoluções. Naturalmente, tal adesão entre imagem do partido e imagem de seus membros é reversível, heterogênea e fruto de uma disputa de poder entre as distintas correntes internas (em se tratando do PT). Por conseguinte, estabelece-se uma relação de pertencimento. A memória, nesse caso, é responsável pela relação de continuidade desse pertencimento. Nesse sentido, como bem assinala o pesquisador francês: “Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro” (1992: 204).

Relacionando o destaque acima ao funcionamento da memória discursiva, pode-se assim compreender que ambas – memória discursiva e processos identitários – são heterogêneas, ou seja, se formam em um espaço de polêmica, de embate, e são instáveis. Há um jogo estabelecido pelo interdiscurso, pois, quando um sentido se cristaliza em uma memória discursiva, ele pode ser desestabilizado por outro. Eis o momento do acontecimento lingüístico em que existe a tensão entre os ‘novos’ e ‘velhos’ sentidos: há um rearranjo tal, que só a análise pode identificar qual dos dois prevalece e por que um sentido se fixou em lugar de outro. Nesses momentos, a produção discursiva revela criações e cisões. Em relação ao objeto deste trabalho, pode-se encontrar uma mudança ou manutenção na imagem do PT. Tal rearranjo possibilita um enfraquecimento ou fortalecimento no processo de adesão e, por conseguinte, no de pertencimento de seus militantes. As idéias do sociólogo convergem às da AD, sobretudo no que tange à instabilidade da memória.

Entende-se, desse modo, que o objeto desta análise (as resoluções dos congressos nacionais do PT) apresenta, assim como outros registros de memória discursiva, a tensão entre ‘velhos’ e ‘novos’ sentidos, no que se refere àquilo que está em polêmica; afinal, nem tudo está em discussão todo o tempo. A cristalização e apagamento de sentidos expressam a trajetória pela qual o partido

optou/consolidou-se. Os períodos de instabilidade/estabilidade da memória e da identidade também são foco de análise de Pollack:

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearranjos, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade. (1992:207)

Esses períodos calmos a que se refere Pollack, do ponto de vista da AD, podem expressar não um período sem conflito, mas um período de silenciamento, de apagamento, em que os sentidos não estão em clara polêmica. Como se pôde observar, a construção de uma memória discursiva sempre se estabelece em relação a um outro elemento que a constitui, no campo de sua formação discursiva ou não. Desse modo, é a relação entre elementos que permeia todo o funcionamento discursivo; é a relação entre elementos que permite a constituição da interdiscursividade.

Mas se existe a necessidade de rearranjos daquilo que foi dito, existe uma instabilidade e, portanto, um embate. Por isso, esta pesquisa se interessou em observar os embates envolvidos nos discursos produzidos sobre socialismo. Essa revisitação do tema implica uma variação da imagem do partido. A indagação consiste em saber o caráter dessa variação de partido de oposição e a de partido governista.

2.4 Primado do Interdiscurso

O **interdiscurso** é um conceito constitutivo da AD, isto é, a comprovação não implica sua presença por meio das marcas lingüísticas; trata-se de um modo de olhar o funcionamento do discurso, ou melhor, uma concepção abstrata que rege as análises lingüístico-pragmáticas. Maingueneau elabora o princípio de *primado do interdiscurso* a partir da conceituação de uma tríade (universo discursivo, campo

discursivo, espaço discursivo) com o objetivo de explicar o funcionamento do conceito.

O conjunto do *universo discursivo* é finito, em que estão presentes todas as formações discursivas, interagindo entre si. É um espaço heterogêneo, contudo de impossível apreensão. Aproxima-se ao que Foucault chamou de arquivo, conforme o próprio Maingueneau, ao citar J. M. Marandi, destaca:

O conjunto de enunciados constitui o arquivo de uma época. Este conjunto não é a coleção de um espaço homogêneo (o espírito de uma época, um estado de cultura ou de civilização) de tudo que foi dito, de tudo o que se diz, mas um conjunto de regiões heterogêneas de enunciados produzidos por práticas discursivas irreduzíveis (1997:116)

O campo discursivo é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em amplo sentido, e se delimitam (1997:116) Ao que Maingueneau chama de concorrência, deve-se entender uma relação de confronto, de aliança, neutralidade, ou melhor, é o local em que os sentidos se formam em uma dada posição enunciativa. Embora o lingüista considere 'grosseiras' classificações como discurso político, filosófico, religioso, etc., elas são importantes para compreender a delimitação do campo discursivo, sobretudo compreender as noções de gênero e tipos de discurso presentes no estudo desenvolvido pelo próprio Maingueneau. O analista, contudo, não pode se limitar a tais classificações; deve apresentar outros parâmetros para delimitar o campo sobre o qual desenvolve seus estudos.

O espaço discursivo é o subconjunto do campo discursivo, ou melhor, é o recorte realizado pelo analista em conformidade com os objetivos de sua pesquisa; nele se encontra(m) o(s) gênero(s) de discurso. Escolhem-se as formações discursivas relevantes para o entendimento dos discursos analisados. Tal recorte é realizado não só pela impossibilidade de se analisar toda a extensão de um campo discursivo, mas, sobretudo, porque:

[...] uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas posições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada" (Maingueneau, 1997:117)

Assim, ao se constituir, o discurso entra no fluxo assumindo uma posição no conjunto de semas, conforme assinala Maingueneau:

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro¹ traduzindo-os nas categorias do registro negativo do seu próprio sistema. (2005, 103)

Desse modo, não se tem acesso ao Outro, ou seja, o que existe é um simulacro que o Mesmo faz do Outro. E que para se constituir como um Mesmo é necessário afastar-se desse simulacro. Naturalmente, não se trata de duas instâncias estagnadas e homogêneas, discursos como o político, filosófico, religioso, cada discurso pode integrar o seu Outro, como o próprio lingüista assinala (2005: 106). Logo, constitui-se entre eles uma reversibilidade que se estende às práticas discursivas e, por conseguinte, aos seus enunciadorees.

Percebe-se assim que o discurso se configura na sua relação, de oposição ou de filiação, com o outro discurso. A relação do Mesmo com seu Outro constitui o *primado do interdiscurso*. Isto resulta em um mesmo sempre heterogêneo e dinâmico. É a relação estabelecida entre estes elementos que permite a construção de sentido, ou seja, não há sentido prévio, ou mesmo autônomo à enunciação. O conceito do primado do interdiscurso se harmoniza com a perspectiva dialógica bakhtiniana e, além disso, está em consonância à relação sentido-significado já apresentada por este trabalho.

Para a AD, o Outro é mais que um interlocutor discursivo (não empírico). Sob esse aspecto, trata-se de um conceito constitutivo, logo nem sempre se encontram marcas lingüísticas de sua presença. Faz parte de uma concepção de linguagem cujo sentido se forma na relação do Mesmo com o Outro. É um funcionamento no nível do interdiscurso. Isto implica o caráter dialógico em todos os níveis.

¹ Nesta pesquisa convencionou-se, por questões de simplificação, adotar o Outro com maiúscula, ressaltando-se que não se trata de abordagem lacaniana.

Para Maingueneau, este Outro é um ‘não-eu’ de cujo enunciador precisa afastar-se para constituir-se como Mesmo. De acordo com o autor: *“Cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como “negativas”, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada uma define sua identidade”* (1997:122). Portanto, considerando a FD, todo enunciado rejeita um outro, estabelecendo, desse modo, o caráter dialógico da linguagem.

Até aqui se considerou o Outro como algo externo ao Mesmo, como em duas formações discursivas distintas, em que cada uma constrói um simulacro da outra, formando uma dissimetria entre si (aquilo que o Mesmo apresenta de si não coincide com seu simulacro apresentado pelo Outro e vice-versa). Não obstante, há uma outra relação constitutiva de polêmica: aquela entre o discurso segundo e o seu primeiro. Um discurso segundo se forma a partir das grades de sentido de seu primeiro, porém a reversibilidade também se lhe aplica, ou seja, o discurso primeiro também é afetado pelos sentidos produzidos pelo segundo – considerando, claro, que ambos estejam em uso.

Isso altera, o que à primeira vista de acordo com a cronologia, o discurso segundo se formaria a partir de um discurso primeiro; seria, então, o discurso segundo o Outro do discurso que lhe deu origem. Além disso, estaria o discurso primeiro em situação privilegiada em relação ao segundo, como uma seqüência aritmética, em que A gera B, B gera C, e assim sucessivamente (Maingueneau, 2005:42)

Entretanto, quando um discurso primeiro “origina” um segundo, encontra-se abalado por este. Logo, não se trata de uma genealogia sucessiva; um discurso segundo é, em geral, formado por mais de um discurso primeiro. Pode-se, ao fim e ao cabo, encontrar dois tipos de formação em um espaço discursivo: um discurso segundo dissimétrico ao primeiro (em que a força centrífuga é mais forte), cuja relação de oposição entre o Outro e o Mesmo se consolida; ou ainda um discurso segundo simétrico total ou parcialmente, em relação conflituosa entre o Mesmo e o Outro (cuja força centrípeta se impõe sobre a centrífuga). No decorrer do tempo, o discurso segundo pode se afastar do discurso primeiro de modo que este se apague

em relação àquele. Nesse caso, a força centrífuga – de dispersão – provocará a formação de novo sistema, com novas práticas discursivas.

Mainueneau (2005) critica o otimismo dos formalistas russos quando diziam que “a história do sistema é por sua vez um sistema... Cada sistema sincrônico contém seu passado e seu futuro” (p. 44) na perspectiva de que um sistema pode substituir outro. Conforme assinala o lingüista francês, o discurso segundo evolui em ritmo e direção alheia a uma prévia concepção por constituir-se em um campo heterogêneo e interdiscursivo. O trabalho do analista não consiste em prever os rumos, senão analisar o modo pelo qual uma relação de sentido se configurou.

2.5 A polêmica e o discurso político

Essas duas abordagens sobre a polêmica – o Outro externo ao Mesmo e o Outro como discurso segundo – permitem, de imediato, compreender a delimitação e constituição do discurso político (especificamente o petista) visto que se trata de um funcionamento constitutivo dos campos e espaços discursivos. Por um lado, a produção de discursos petista para se construir como Mesmo elabora, inevitavelmente, um simulacro do Outro e a ele se opõe. Por outro lado, na rede de discurso petista, a produção de um discurso segundo afeta os sentidos produzidos pelo discurso primeiro porque estão em concorrência.

Essa dupla abordagem entra em consonância com alguns conceitos provenientes da ciência política que são úteis para esclarecer determinados movimentos no plano discursivo. O pensador político Norberto Bobbio (1995), em seu livro *Direita e Esquerda*, faz um exaustivo estudo sobre a díade e uma defesa pela permanência do uso dos termos para estudar questões de cunho político. Com esse objetivo, Bobbio apresenta de modo elucidativo alguns funcionamentos característicos do jogo político:

Não deve surpreender que, em um universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas (partidos, grupos de interesses, facções e, nas relações internacionais, povos, pessoas, nações), o modo mais natural, simples e mesmo comum de apresentar aquelas relações seja uma díade ou uma dicotomia. (1995: 6)

Reiterando a validade da dicotomia, Bobbio vale-se de outras metáforas muito recorrentes ao tratar especificamente de partidos políticos:

Com respeito à diferença de programas ou de posições em determinadas batalhas políticas, entre partidos ou movimentos, surge em cena a mais comum metáfora espacial 'próximo-distante' com a qual se pode dizer que o centro-direita está próximo da direita assim como o centro-esquerda está mais próximo da esquerda, e a esquerda está mais distante da direita do que o centro, e assim por diante. Em um sistema partidário muito fragmentado, como foi até hoje o italiano, alguns partidos são mais próximo entre si, outros mais distantes (...)." (1995:68).

A partir das ponderações do cientista político, podem-se efetivar algumas conclusões:

- a) a relação antagônica é inerente à constituição da relação política, logo sempre existe um outro antagônico;
- b) essa relação antagônica é fragmentada: o elemento de centro-esquerda está em oposição ao de direita e em aliança com o de esquerda;
- c) o nível de fragmentação é variável, conforme a situação política da região (no caso abordado por Bobbio – o italiano – há um alto nível).

Retomando a perspectiva discursiva, a heterogeneidade excede o plano das marcas lingüísticas no discurso político pela sua natureza de embate. A relação antagônica de direita/esquerda se realiza quando existem duas FDs também antagônicas. Logo, assim como a relação de antagonismo, ocorre também a relação de aliança, em que o mesmo se alia a um outro (no exemplo de Bobbio, esquerda e centro-esquerda). Pode-se, desse modo, compreender que dois elementos em aliança constituem um Mesmo em relação ao Outro de direita.

A esta pesquisa importa o jogo de aliança e antagonismo, pois verificará nas resoluções aquilo que, em termos discursivos, está em aliança com o PT e o que está em posição antagônica. Como bem fora proposto anteriormente, trata-se de uma relação mutável, variável de acordo com a conjuntura. Portanto, um elemento que está em aliança em um momento pode não estar em outro. Não obstante, essa mobilidade obedece aos cerceamentos determinados pela prática discursiva. Ou

ainda, a despeito da variação de conjuntura, um determinado elemento permaneça no mesmo campo de aliança ou de antagonismo. Vale ainda ressaltar que, embora sejam heterogêneos, os sentidos que emergem nas resoluções do PT são hegemônicos pela condição de documento oficial, aspiram uma suposta univocidade. Resumidamente, encontram-se dois tipos de outro: o antagonico e o aliado.

Esta pesquisa deter-se-á sobre as resoluções dos congressos nacionais. Logo, faz-se necessário observar algumas características desse tipo de documento: aquilo que o distingue de outros enquanto produção de discurso.

2.6 As resoluções como gênero de discurso

A observação do funcionamento do discurso do Partido dos Trabalhadores far-se-á a partir do quadro teórico apresentado. Retomando a discussão sobre a tríade discursiva, ao definir campo discursivo, recorda-se neste momento que Maingueneau faz ressalva sobre a classificação de discurso político: qualifica-a como grosseira. Todavia, esta pesquisa entende que tal classificação é necessária por que, apesar da delimitação discurso político não ser suficiente para explicar o objeto em análise, basta para compreender o lugar em que são produzidos os discursos de um partido. Em suma, o campo discursivo desta pesquisa é o discurso político. Nele, estão em relação outros discursos, como exemplo, o sindical, o governamental, o estatal, circunscrevendo os espaços discursivos. O discurso partidário inscreve-se em um desses espaços e, por sua vez, se materializa através dos gêneros de discurso. Segundo Maingueneau: “[...] os gêneros de discurso pertencem a diversos *tipos* de discurso associados a vastos setores de atividade social. Assim, o “talk-show” constitui um gênero de discurso no interior do tipo de discurso televisivo [...]” (2000,61)

A noção de gênero de discurso como tipos *relativamente estáveis de enunciados* proposta por Bakhtin (2003) facilita a compreensão da diversidade de expressão lingüística. Tais gêneros guardam uma regularidade, que na ordem do repetível, possibilita sua identificação e reprodução pelos enunciadores. Quanto ao discurso partidário, ele se materializa por meio de vários gêneros de discurso: propaganda de

TV, programa de governo, carta aberta, dentre outros. Entretanto, não existe somente um tipo de discurso partidário. Neste trabalho, o tipo de discurso partidário analisado é o petista e o gênero através do qual esse discurso se materializa são as resoluções de congressos nacionais do PT ².

Os congressos nacionais são plenárias compostas por dirigentes e por delegados partidários (representantes eleitos pelos núcleos regionais). O funcionamento de tais plenárias será descrito no capítulo de Metodologia. Por ora cabe dizer que a esse grupo participante da votação (representantes e representados) das resoluções nomear-se-á comunidade discursiva. De acordo com o lingüista francês:

A noção de “prática discursiva” integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamaremos de **comunidade discursiva**, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva (...). É preciso ainda deixar bem claro que visamos aqui aos grupos que *existem unicamente por e na enunciação*, na gestão destes textos. (1997:56)

Note-se que não há correspondência unívoca entre grupos sociais e suas produções discursivas: essa relação, como a própria noção de prática discursiva conceitua, é reversível. Logo, não só o grupo envolvido na assembléia produz as resoluções como é atravessado por elas. Também cabe ressaltar – como é constitutivo e/ou marcado – o caráter heterogêneo dos elementos que compõem a prática discursiva em questão.

Em relação à comunidade discursiva, ela é composta por dirigentes partidários de todos os níveis de organização, pelos delegados eleitos em suas bases regionais e pelas próprias bases, em suma, a comunidade discursiva desta pesquisa é composta pelos filiados do partido, responsáveis pela discussão e pela aprovação das resoluções. Por estarem submetidas às coerções do partido, todas as tendências que compõem o PT são consideradas, por esta pesquisa, pertencentes à mesma formação discursiva, considerando, evidentemente, a porosidade de suas fronteiras. Portanto, o interesse desta pesquisa recai não à figura empírica dos membros dos correligionários, mas a posição enunciativa (Maingueneau, 2005) que ocupam em um sistema de restrições responsável por validar os discursos

² Neste trabalho, as Resoluções dos Congressos Nacionais ou simplesmente as resoluções petistas são designações para os mesmos documentos produzidos nos Congressos Nacionais, cujo funcionamento é descrito no capítulo de Metodologia.

produzidos por essa comunidade. Ainda, de acordo com Maingueneau, “todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento”(2004, 66)

Segundo o lingüista, para que um gênero seja concebido como tal, é necessário que apresente cinco condições de êxito, que serão aqui descritas a partir do objeto de estudo desta pesquisa. Desse modo, o gênero de discurso é as resoluções, porém tratar-se-á especificamente das resoluções petistas.

A primeira condição de êxito proposta por Maingueneau refere-se uma finalidade reconhecida. Há uma questão que subjaz em todo gênero de discurso: “*Estamos aqui para fazer ou dizer o quê?*” (Maingueneau, 2004:66). A finalidade de um determinado gênero pode ser direta ou não. Nesses termos, as resoluções petistas são um documento formal aprovado em congresso cujas diretrizes do partido estão traçadas para serem seguidas pelos correligionários nos anos subseqüentes, conforme consignou Ricardo Berzoini, presidente do PT à época da realização do III Congresso Nacional (2007).

O estatuto dos parceiros legítimos é a segunda condição de êxito de um gênero de discurso. Em relação aos textos produzidos pela comunidade discursiva em questão, vale dizer que se trata de documentos oficiais, ou seja, têm caráter de autoridade. Uma vez aprovadas em assembléia, as resoluções apresentam dupla função: por um lado, servem de orientações para o exercício da vida partidária de todos seus militantes, porque exprimem a voz oficial do partido para os seus componentes; por outro lado tentam provocar uma reação de apoio desses mesmos militantes, uma vez que passaram por discussão prévia e votação.

A questão que se coloca é saber quem assume a função de co-enunciador, pois “nos diferentes gêneros de discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala” (2004,66). Trata-se de saber de que lugar fala um determinado enunciador e para quem ele se dirige – e não suas identidades empíricas. No caso das resoluções petistas, parceiros legítimos são os filiados ao PT, que compõem a comunidade discursiva, ou seja, o lugar de correligionário legitima as resoluções como documento oficial.

Comparando com outros documentos produzidos pelo partido, no que se refere ao público leitor, às resoluções tem acesso qualquer indivíduo pela página eletrônica da Fundação Perseu Abramo (FPA), mas não foram produzidas para qualquer leitor, como, por exemplo, os programas de governo. Nesses programas, o público alvo é o eleitor. É escrito por uma comissão – logo não passa por votação – para o público em geral, petista ou não; ou seja, possíveis eleitores.

Além da finalidade do gênero e da legitimidade de seus parceiros, outra condição de êxito é o lugar e o momento legítimos. Houve três congressos nacionais³ do PT, sem obedecer a uma periodicidade, por conseguinte, suas resoluções também não obedeceram. A validade das resoluções vigora até que seja realizado um novo congresso. Portanto, para que as resoluções sejam validadas, é necessário haver assembleia nacional destinada à discussão e à votação de tais resoluções em um período previamente determinado.

A quarta condição de êxito consiste no uso de um suporte material. Ao longo dos anos, o suporte em que as resoluções petistas foram inscritas sofreu mudanças, desde a composição do material escrito – as resoluções do 7º Encontro Nacional⁴, I Congresso foram impressas em uma cartilha grampeada; o documento do II Congresso foi editado em brochura; as resoluções do III Congresso foram impressas em papel *couché*, em um livro de edição colorida e com fotos – até sua inclusão no sítio eletrônico da FPA. Esta pesquisa não se ocupará de analisar as mudanças no suporte, mas, certamente, trata-se de um rico elemento para outros estudos.

A última condição de êxito de um gênero de discurso é a organização textual. Segundo Maingueneau, os modos de organização textual variam conforme o gênero: há uns mais flexíveis que outros. As resoluções, de um modo geral, são textos organizados em parágrafos, numerados ou não, marcados pela impessoalidade, divididos em capítulos e subitens, conforme sua extensão. É na organização textual que se encontram as marcas lingüísticas que dão ao analista subsídios para confirmar ou não suas hipóteses de pesquisa. É por meio da

³ No ano de 2010, o PT realizou seu quarto Congresso Nacional. Devido ao desenvolvimento desta pesquisa iniciada em 2009, não foi possível incluir as resoluções desse último evento.

⁴ A justificativa da inclusão do 7º Encontro Nacional encontrar-se-á mais adiante.

organização textual que todas as outras condições de êxito são mobilizadas e recuperadas a cada leitura.

2.7 Sentidos mobilizados na superfície discursiva

Ao longo da pesquisa, verificou-se que algumas marcas na superfície do texto permitiram que sentidos de Socialismo ganhassem mobilidade.

2.7.1 Designação

A partir da noção de gênero de discurso, observou-se uma regularidade na organização das resoluções petistas, como a remissão à própria história, a nomeação de segmentos sociais que compõem o partido e de outros segmentos que não o compõem, apresentação de idéias nas quais acredita e outras que rechaça. O gênero resoluções se apropria da organização interdiscursiva fundada na polêmica/alteridade. Por outro lado, se trata de um gênero prescritivo, pois orienta as ações do partido para os seguintes anos. Considerando que o objetivo principal desta pesquisa é observar a apresentação discursiva do PT, um segundo objetivo se coloca: investigar os processos discursivos que circunscrevem o Mesmo e o Outro – uma maneira de responder à indagação sobre os personagens que compõem o partido.

Levanta-se a hipótese de que a polêmica estará marcada através de designações, com base na característica do discurso político de buscar a adesão de seus militantes e de se opor aos seus antagonistas. Outra hipótese é a de que essa designação pode não estar marcada por um nome – para atenuar algum tipo de conflito –, e aquilo que é dito sobre um aliado ou um “inimigo” muda, conforme a condição de produção.

Entende-se por designação *o que se poderia chamar de significação de um nome* (Guimarães, 2005:9) compreendendo que esse significado está simbolizado pela linguagem, construído pelas práticas discursivas, excluindo-se a perspectiva que relaciona palavra ao referente no mundo empírico.

2.7.2 Processos de reformulação

Ao contar a própria história em cada resolução, o partido reformula um dito anterior. Além disso, após realização das primeiras leituras do material selecionado para este trabalho, verificou-se que a designação Socialismo é recorrente em todas as resoluções. Retomando a discussão sobre memória discursiva, quando um sentido está cristalizado por essa memória, ele pode ser desestabilizado por outro, provocando uma tensão entre o velho e o novo. Se a mudança é inerente à constituição do interdiscurso, no decurso do tempo isso pode provocar uma contradição, no fio discursivo, entre as idéias que se cristalizaram e aquelas que provocaram a instabilidade.

Acredita-se que tais tensões se tornam evidentes ao reformular aquilo que foi dito. Como Pollack salientou, nem tudo está em discussão o tempo todo. Logo, se há a necessidade de retomar o que foi dito, configura-se a relação de estabilidade/instabilidade de um sentido; emerge sua tensão entre força centrífuga e centrípeta.

Mas como isso emerge no plano das marcas lingüísticas?

Dizer de outro modo o que já fora dito caracteriza um procedimento bastante conhecido nos estudos lingüísticos: a paráfrase. De acordo com Garcia:

No seu sentido usual – ou num deles – a paráfrase consiste no desenvolvimento explicativo (ou interpretativo) de um texto, (...) corresponde a uma espécie de tradução dentro da própria língua, em que se diz de maneira mais clara, num texto B o que contém um texto A. (2006:201)

Essa explicação, no entanto, considera duas unidades como equivalentes independentemente de suas condições de produção. Essa perspectiva é insuficiente para este trabalho. Por isso, utilizar-se-á de orientações do trabalho de Serrani sobre paráfrase como ressonância interdiscursiva. A autora estabelece diferença entre reformulação e paráfrase:

As reformulações, como seu próprio nome indica, pertencem ao nível da formulação, isto é, ao das seqüências lingüísticas efetivamente produzidas, à horizontalidade, ao fio do discurso. É o espaço das marcas tais como “melhor dizendo”, “isto é”, “ou seja”. Nele toma corpo também o jogo de co-referências e de anáforas. (1991:99)

Para Serrani, a reformulação ocorre no plano do intradiscurso, ao passo que a paráfrase ocorre no interdiscurso: “A reformulação, com seus diversos mecanismos de realização, corresponde ao nível do intradiscurso. A glosa situa-se na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso. E a paráfrase é do nível do interdiscurso[...]” (1991:102)

Tal conclusão se deve ao fato de se compreender a paráfrase como processo – e não como comutação de elementos – que se situa no nível do esquecimento, e por isso, no nível do interdiscurso. A abordagem de Serrani envolve conceitos da psicanálise que não serão aqui estudados. Entretanto, esta pesquisa utilizará sua concepção de paráfrase como ressonância discursiva por entender que as seqüências em sua horizontalidade podem produzir um deslocamento de sentido configurado a partir de elementos dispersos no interdiscurso.

2.7.3 Modalização

O discurso político apresenta-se altamente argumentativo, pois pretende, a todo o momento, convencer seu interlocutor, em distintas situações: desde um debate sobre políticas públicas no âmbito governamental até uma propaganda eleitoral. Contudo, as estratégias de convencimento no fio do discurso não são as mesmas, pois passam por coerções de gênero de discurso e de situação enunciativa.

Em relação às resoluções, mais especificamente aos textos sobre o Socialismo Petista, há uma formulação – e reformulação – sobre o que é o socialismo para o PT. Desse modo, o texto apresenta marcas de impessoalidade criando um efeito de objetividade. Coracini comenta o uso de tais marcas ao comparar o discurso político com o científico:

Assim, os chamados “idéias de racionalidade” constituem uma característica comum entre o Discurso Político de Plataforma e o Discurso Científico Primário: o primeiro, servindo-se de meios ‘racionais’ e por vezes impessoais, levando o público a agir pelo voto; o segundo, guiado pelo desejo de persuadir o interlocutor-especialista através da evidência [...] e das convicções argumentativas que pretendem a objetividade e a neutralidade [...] (1991:42-43).

As resoluções dos congressos nacionais, que foram votadas e aprovadas, apresentam um caráter prescritivo, pois a partir de sua aprovação, servirão de diretrizes para práticas partidárias a partir de então – como já fora comentado. Mais que convencer, as resoluções passam para o nível da ação, ou seja, os militantes necessitam estar mais que convencidos, necessitam se imbuir do compromisso de atuar conforme as diretrizes organizadas nas resoluções. Desse modo, no fio discursivo encontram-se a objetividade das discussões teóricas no âmbito das ciências sociais – como é o caso da conceituação de socialismo –, e as marcas que denotam a polêmica.

Supõe-se que afirmações categóricas (como as generalizações, próprias do discurso científico) seriam atenuadas face o caráter polêmico, prescritivo e argumentativo das resoluções através da modalização. Esse recurso lingüístico permite que o enunciador emita um juízo sobre o enunciado criando um efeito atenuante, neutralizante ou intensificador sobre o dito. Isso permite, juntamente com outros elementos, identificar a imagem que o sujeito apresenta de si. Nesta pesquisa, a modalização ajuda a compreender o modo pelo qual o PT se apresenta nos distintos documentos.

2.7.4 Negação polêmica

O conceito de negação polêmica aqui apresentado tem sua base em Oswald Ducrot em seu livro *O Dizer e o Dito* (1987). Muito embora o autor em trabalhos posteriores tenha reformulado esse princípio, a esta pesquisa é suficiente a abordagem presente naquele livro, no que se refere ao referido conceito.

Antes de desenvolver o tema da negação, vale destacar alguns conceitos elaborados pelo autor previamente. Primeiramente, Ducrot define enunciação como o próprio ato de dizer a partir de duas distinções. A primeira reside na proposição, ou seja, na asseveração, com aquilo que é dito, o enunciado. A segunda consiste em mostrar um enunciado que pode ser uma pergunta, uma exclamação, uma dúvida, dentre outros, relaciona-se com o ato de dizer, com a enunciação.

Outra distinção pertinente é a de enunciador e locutor. Considerando que ambas as funções podem coincidir, entende-se por locutor aquele responsável pela asseveração no nível do enunciado e o por enunciador aquele responsável pelo surgimento do dizer, ou seja, pela enunciação. Portanto, em uma mesma enunciação pode haver mais de um locutor, com distintos enunciados, fenômeno que se caracteriza como polifonia, já estudado por esta pesquisa no capítulo sobre Bakhtin.

Ducrot desenvolve sua teoria a partir de uma lei de discurso geral “segundo a qual, toda vez que se diz algo, imagina-se alguém que pensaria o contrário e ao qual se opõe” (1987:202). Para o autor, em um enunciado negativo sempre subjaz uma afirmação. Ele distingue três tipos de negação: a primeira é a metalingüística que permite “anular os pressupostos do positivo subjacente” (p.204); a segunda é a negação polêmica que mantém os pressupostos, opõe-se a um enunciador e não a um locutor, modalidade que, segundo Ducrot, é a mais freqüente; por último, a negação descritiva consiste em considerar que existe uma delocutividade.

A importância do conceito da negação polêmica consiste na possibilidade de retomar na voz de um enunciador uma outra voz que se lhe opõe, emergindo ao plano da heterogeneidade mostrada. É a partir dessas marcas que se podem identificar, no discurso do Mesmo, as marcas do Outro. Esta pesquisa entende que a negação polêmica excede os usos do “não” e do “mas”; logo, ela pode emergir por um substantivo, um adjetivo, ou mesmo um afixo. Nessa perspectiva, a rejeição ao Outro pelo Mesmo, como um modo de se constituir, movimentava diversos elementos que estariam “ordenados” sob tal propósito. Isso permite dizer que uma mesma palavra pode apresentar um sentido negativo ou positivo, de acordo com o sentido que se constrói para o Mesmo e/ou para o Outro.

Esta pesquisa, cujo um dos objetivos é observar aquilo que o PT diz de si mesmo, optou por fazê-lo em textos que tem sob designação Socialismo; portanto, o PT ao dizer aquilo que entende por Socialismo implica dizer aquilo que entende não ser Socialismo.

3 METODOLOGIA

3.1 Primeiros passos

Em face o objetivo desta pesquisa – como o PT se apresenta discursivamente – a primeira busca realizada iniciou-se com uma visita à página eletrônica do PT na procura pelos seus documentos oficiais. Nesse ambiente, foram localizados alguns documentos, porém havia um *hiperlink* direcionando o usuário à página eletrônica da Fundação Perseu Abramo, onde foi verificado que todo o arquivo referente aos documentos oficiais disponível ao público por via cibernética estava ali situado. Nessa página eletrônica, esta pesquisa se deteve para fazer *download* do material necessário.

A Fundação Perseu Abramo (FPA), sucessora da Fundação Wilson Pinheiro, foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores. Responsável pela conservação da história petista, “*guarda e organiza o uso de seus documentos, preservando a memória partidária essencial*” conforme consigna o presidente da fundação Nilmário Miranda. Além de preservar o acervo, a instituição é responsável por organizar debates, oficinas, seminários, por auxiliar o partido em relações internacionais, por realizar pesquisas relativas à política, além de constituir uma editora de mesmo nome, mantendo, ainda, um arquivo para consulta física na cidade de São Paulo, no bairro de Vila Mariana.

No sitio eletrônico da FPA estão disponíveis para download diversos documentos sobre a história petista: desde a fase pré-PT, como a Carta de Princípios (primeiro documento do PT antes de se constituir legalmente em 1980), até os pronunciamentos do presidente Lula. Há uma grande variedade de tipos de textos produzidos pelo partido: cartas, programas de governo, pronunciamentos, resoluções, moções, dentre outros. Para estabelecer o primeiro critério, foi necessário compreender o funcionamento do partido e as condições de produção de parte desse material. Com este intuito, foi realizada uma visita à sede da Fundação

Perseu Abramo em maio de 2009, ocasião em que tais esclarecimentos foram prestados por um funcionário da instituição.

3.2 A organização do PT

Conforme informação obtida na FPA, o PT possui diversos instrumentos de consulta interna através dos quais acredita garantir a construção de uma democracia. O partido, de um modo geral, está organizado em núcleos de base, distribuídos pelos estados brasileiros, locais em que são discutidas as questões concernentes a legenda. Periodicamente, há encontros nacionais, plenária a qual comparecem os delegados eleitos pelos núcleos; são os responsáveis por levar ao plano nacional temas discutidos em âmbito regional. À plenária nacional são levados os textos previamente escolhidos pelos núcleos base. Essa dinâmica é variável, dependerá da correlação de forças entre as tendências que compõem o partido; assim, em uma plenária nacional pode haver vários textos ou somente um a ser votado. O texto aprovado é nomeado resoluções.

O texto pode ser aprovado integral ou parcialmente. Ocorre assim uma dupla disputa: a primeira pelo texto que vigorará como resolução; a segunda pela inserção de parágrafos no texto aprovado produzidos pelas correntes derrotadas em primeira votação – este é um modo de se agrupar as distintas tendências na decisão final. Terminada a votação, o texto torna-se resoluções que regerão todo o partido até que seja realizada nova assembleia. Assim, a plenária é o ambiente de produção das resoluções do PT.

Como o objetivo deste estudo é observar o que o PT diz de si mesmo ao longo de sua história, optou-se por analisar os textos discutidos e aprovados pela coletividade, ou seja, as resoluções aprovadas em plenária nacional. O valor das resoluções advém do contexto em que são produzidas: toda a comunidade petista é responsável pelo conteúdo das suas proposições, pois validaram o documento em plenária nacional, através da discussão de seus conteúdos e do voto ao escolher o texto final.

Essas assembléias nacionais foram realizadas quase que anualmente pelo PT até 1990, denominadas Encontros Nacionais. Em 1991 foi realizado o I Congresso Nacional. A distinção entre esses dois tipos de plenária nacional foi apresentada por Nilmário Miranda, em seu artigo “Que partido é esse?” publicado pela revista Teoria e Debate nº86, da FPA: *“Enquanto os encontros decidem sobre questões conjunturais, aos congressos ficaram reservadas as decisões programáticas ou estratégicas”* (2010: 04). Aos congressos nacionais, portanto, são levados temas referentes aos rumos do partido, reflexões sobre sua trajetória e as propostas para futuro. Desse modo, encontram-se nas resoluções dos Congressos Nacionais do PT os parâmetros de ação, o pensamento do partido e aquilo que defenderá. Além do caráter temático, outra diferença se estabelece na eleição dos delegados para os congressos: um número menor de militantes elege um delegado, aumentando o número de delegados no congresso, tornando essa plenária mais representativa em relação aos encontros nacionais.

A realização de cada Congresso Nacional foi deflagrada por uma conjuntura específica, isto é, algum fato provocou a (re)discussão dos rumos do partido. No capítulo de contextualização foram mencionadas tais conjunturas.

3.3 Os primeiros recortes

Em face da importância das discussões realizadas nos congressos nacionais, este estudo optou, em um primeiro momento, analisar suas resoluções (com exceção daquelas produzidas no último congresso realizado em 2010, pois esta pesquisa já estava em desenvolvimento). Retornando à página eletrônica da FPA, foram encontrados os seguintes arquivos para *download*:

I Congresso Nacional (1991): as resoluções do I Congresso Nacionais apresentam quatro partes: conjuntura, partido, **socialismo** e moções (quatro arquivos em pdf);

II Congresso Nacional (1999): havia um único arquivo pdf com nove anexos – dois deles referentes ao socialismo: um anexo consistia na introdução do capítulo

socialismo do I Congresso Nacional; no outro anexo está o texto na íntegra intitulado **Socialismo** extraído do 7º Encontro Nacional (1990);

III Congresso Nacional (2007): as resoluções desse congresso foram publicadas em um livro organizado em três partes: **Socialismo Petista**, O Brasil que queremos, PT- Concepções e Funcionamento (um único arquivo pdf).

Efetuada as primeiras leituras pôde-se constatar que as resoluções dos congressos nacionais consistiam em um vasto material, inviabilizando a análise de seu conteúdo na íntegra. Ao comparar os documentos selecionados percebeu-se que havia uma designação recorrente nas resoluções dos três congressos: socialismo. Isto significa que textos intitulados “socialismo” foram discutidos e apresentados para rediscussão como um dos principais eixos temáticos das resoluções em análise.

Essa leitura permitiu compreender que a resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido em 1990, serve de referência aos textos sobre socialismo aprovados nos congressos nacionais. Além de ser citado, o texto sobre o socialismo do 7º Encontro Nacional é reformulado, total ou parcialmente, nas resoluções subsequentes.

Do ponto de vista da AD, a retomada das discussões travadas sob o título de socialismo indicia sua instabilidade na memória do partido. Antecipa-se, assim, a conclusão de que há embates provocando sua rediscussão, uma afirmação – ou negação – do que é ser petista, ou seja, a constituição da imagem que o partido constrói de si mesmo. Se o objetivo desta pesquisa é observar o modo pelo qual o PT se apresenta no decurso do tempo, foram escolhidos textos que denotam instabilidade em dois momentos distintos: o capítulo “Socialismo petista” na resolução mais recente (III Congresso Nacional, em 2007) e a resolução do 7º Encontro Nacional (1990) intitulada “Socialismo”, face a sua importância como documento de referência.

Como foi dito, as resoluções de 2007 são divididas em três capítulos, sendo o primeiro intitulado Socialismo Petista, em um total de 16 páginas. Esse capítulo se inicia com uma apresentação e contém cinco subitens: “Os principais traços do

Socialismo, Socialismo democrático sustentável, Pela superação da raça, gênero e classe, O Socialismo que queremos construir, Socialismo e estratégia.”

As resoluções do 7º Encontro Nacional possuem uma organização distinta. O texto apresenta numerações; cada número resume, no máximo, cinco parágrafos. Não há subitens. Considerando as distintas características dos documentos, ao citar os fragmentos de cada resolução, esta pesquisa manteve a referência da numeração da página do livro, no caso do III Congresso, e a numeração do parágrafo, no caso do 7º Encontro, juntamente com o ano em que cada documento foi escrito (p. ex: 2007 p.10, ou ainda, 1990 prg 3e 4)

Aos fragmentos foi-lhes dada legenda alfanumérica, em que as letras apresentam um assunto em comum e os números informam a seqüência em que aparecem neste trabalho. O fragmento “D3 2007 p.16” é o terceiro na apresentação daqueles que abordam as designações sobre empresariado, retirado da página 16 da resolução de 2007.

Após constatar que as resoluções do 7º Encontro servem de referência para as do III Congresso, em termos discursivos, entende-se que se trata de um caso de paráfrase, por estar no nível do interdiscurso. Silvana Serrani (1991), em sua tese de doutoramento, conceitua paráfrase como ressonância interdiscursiva:

Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre unidades envolvidas uma ressonância – interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade imaginária de um sentido. Ressonância por que para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de eco entre as unidades; elas soam de novo, acontecendo uma vibração semântica mútua. (1991:103-104).

A formulação e reformulação sobre o socialismo petista em todas as resoluções dos congressos nacionais denotam sua instabilidade, a tensão entre o velho e o novo: um espaço para a contradição. Como serão apresentados no capítulo de análise, muitos dos sentidos mobilizados estão dispersos no interdiscurso Assim, com o propósito de entender a polêmica travada nos documentos, foram selecionados os fragmentos mais relevantes para cumprir tal objetivo.

4 ANÁLISE

Após identificar que a designação socialismo era recorrente, constatou-se que muitos fragmentos da resolução de 1990 estavam inseridos no documento de 2007. Verificou-se, ainda, que havia um predomínio do jogo aliança/oposição ao PT, quando o partido apresentava características daquilo que se configurava ou não como socialismo petista.

Constatou-se que algumas designações eram recorrentes. Isso provocou uma curiosidade em verificar qual era o tratamento semântico dado a tais designações. Visto que o objetivo desta análise é observar os diferentes sentidos construídos para socialismo nas resoluções petistas, termos como “Cuba”, ainda que apareçam somente em um dos documentos, fazem parte do *corpus*, pois apresentam matiz de sentido relevante para cumprir com o objetivo desta pesquisa.

Em outros fragmentos identificou-se que a coincidência entre termos ocorria não só no nível vocabular, mas também no nível oracional, fenômeno que permite observar tais fragmentos como paráfrase, cuja análise se realizou a partir do conceito apresentado no Aporte Teórico.

Uma vez escolhidos e analisados os trechos, eles foram organizados de acordo com o jogo Mesmo/Outro petista, para que houvesse uma leitura mais fluida. É a partir dos elementos de repetição no fio discursivo que outros são mobilizados – estando estes apagados ou não –, sempre com o propósito de verificar qual é a polêmica presente no que se refere ao socialismo sob a ótica petista.

A análise está dividida em dois blocos. No primeiro concentram-se as análises realizadas em torno de designações relevantes para identificar a polêmica. No segundo bloco estão os fragmentos que apresentam coincidências no nível oracional que permitem compreender o deslocamento de sentido de um dizer que já fora dito.

4.1 Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista – designações

Embora as resoluções mantenham significativas diferenças de organização, desde a subdivisão em capítulos até a quantidade de páginas, elas apresentam em seu início um relato sobre a história petista que inclui as principais alianças, seus propósitos, etc. Pode-se observar, desde então, a polêmica instaurada em torno do termo **democracia**. Sua referência se reitera inúmeras vezes em ambos os documentos; contudo, são distintos os elementos mobilizados quando o intradiscorso se constitui.

4.1.1 Incorporando outras FDs

Nos trechos abaixo, observem-se os termos sublinhados:

A1	1990	A2	2007 p.10
<p>1. O PT já nasceu com <u>propósitos radicalmente democráticos</u>. Surgimos <u>combatendo a Ditadura Militar</u> e a <u>opressão burguesa</u>, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela <u>democratização da sociedade brasileira</u>. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande <u>partido de massas</u> denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical.</p>	<p>O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida, e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a <u>ditadura militar</u> e com as <u>duras condições de exploração</u>, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade (...)</p>		

Quadro 1 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

No fragmento A1, o PT qualifica sua trajetória histórica como democrática, utilizando uma palavra modalizadora, “radicalmente”. Esse procedimento denota, por um lado, a intensificação do caráter democrático do partido e, por outro, a insuficiência de uma declaração assertiva, sem o modalizador, contribuindo para o entendimento de que há uma negação subjacente produzida por uma voz em outro lugar, que coloca

o PT em campo contrário às práticas democráticas. Essa polêmica será analisada mais detalhadamente no subitem da relação do PT com as esquerdas.

Em ambos os fragmentos, A1 e A2, mediante o emprego das palavras “combater” e “enfrentamento”, respectivamente, os campos de embate são configurados. Em “*Surgimos combatendo a Ditadura Militar e a opressão burguesa*” (A1), ditadura militar e opressão burguesa estão no campo antagônico ao PT; de modo similar em A2, “*No seu enfrentamento com a ditadura militar e as duras condições de exploração*”, manteve-se “ditadura militar”, mas o termo “opressão burguesa” deu lugar à expressão “duras condições de exploração”.

Ainda sobre a relação do partido com a democracia,

B1 1990, prg. 1	B2 2007, p.13
<p>Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. <i>Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada.</i> Aprendemos na própria carne que a <u>burguesia</u> não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das <u>elites dominantes</u> com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às <u>massas populares</u>. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as <u>maiorias sociais</u> de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.</p>	<p><i>Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política.</i> O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais..</p>

Quadro 2 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

O primeiro fragmento destacado em B1 “**Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada**” trata da relação do PT (marcado pelo “nós”) e de elementos que compõem o campo antagônico –

burguesia e elites dominantes – com a democracia. “*A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática*”. Note-se que em B2 a qualificação de democracia é retomada de B1: “**Ela (a democracia) é também um fim, um objetivo e um valor permanente na nossa ação política**”. Se, por um lado, há no fio discursivo coincidências de termos na descrição de democracia, conforme destaque em negrito, o campo antagônico em 2007 difere totalmente daquele descrito em 1990. Não há menção a burguesia e elites dominantes no capítulo do Socialismo Petista do III Congresso. Em B1, a relação de tais setores com a democracia era qualificada como tática; assim, o PT, a partir dessa adjetivação e do jogo de aliança/oposição, estabelece uma relação de aliança entre **burguesia e elites dominantes** com a ditadura militar.

Ainda no fragmento B1, destacam-se as designações “*trabalhadores*” e “*massas populares*” (*a democracia interessa, sobretudo, aos trabalhadores e às massas populares*), no que tange a sua importância para a construção do socialismo petista pelas maiorias sociais: “*Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.*” Portanto, em 1990, ao atribuir às maiorias sociais papel de destaque e de aliança na implementação de sua via socialista, o PT exclui do processo de construção de seu socialismo a burguesia e as elites dominantes. Em 2007, ainda ecoa, através do termo “popular”, a força centrípeta das designações referentes às “massas populares”: “*Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania **popular***”. Entretanto, o antagonismo entre “maiorias sociais” e “elites dominantes” presente em B1 é desfeito pelo apagamento dessas designações em B2. O Outro petista em 1990 se configurava pela burguesia, elites dominantes e seu caráter utilitário com a democracia. Com seu apagamento em 2007, a relação polêmica se altera, pois se trata de um segundo Outro. Por conseguinte, o Mesmo petista é afetado por essa relação dialógica.

É importante acrescentar a respeito das designações que “massas populares” e “massas sociais” se referem a agentes, diferentemente de “soberania popular”, que se trata de um referente. De modo similar, quando a expressão “opressão burguesa” é substituída por “duras condições de exploração” (A1; A2), o deslocamento de

agente a referente também ocorre. O processo de alteração de designação de agente a referente permite o apagamento do confronto entre essas comunidades discursivas. Isso facilita a incorporação/adesão de parte de seus enunciadores à comunidade discursiva petista em 2007. Não se podem esquecer as características de gênero das resoluções. São documentos prescritivos, ou seja, implicam uma ação da comunidade, ação essa que só se efetivará caso ocorra sua adesão. Responsável por votar e aprovar as resoluções, a comunidade petista precisa, primeiramente, identificar-se com os documentos. Constata-se que essa comunidade em 2007 abriga elementos que antes pertenciam à outra formação discursiva (aquela composta por burguesia e elites dominantes), o que caracteriza uma contradição, justificando, assim, o apagamento dessa polêmica na resolução do III Congresso.

Outros sentidos são mobilizados em torno de democracia, como se pode observar a partir da designação “anticapitalista”.

C1	C2
<p style="text-align: center;">1990, prg. 3 e 4</p> <p>O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.</p> <p>4- <u>Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática (...)</u></p>	<p style="text-align: center;">2007, p. 10</p> <p>A luta do PT contra <u>a ditadura</u>, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de <u>nossas convicções anticapitalistas</u> na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: <u>“esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”</u>.</p>

Quadro 3 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

De acordo com o fragmento C2, mais uma vez, o PT constitui seu campo de embate por intermédio de termos que evidenciam um confronto com a expressão “a luta do PT”, ao opor ditadura e democracia. Tal embate já estava inscrito na resolução de 1990. O partido alude ao período compreendido entre 1964 e 1984, cujas liberdades políticas e civis foram subtraídas. Ao ser enunciada a designação “ditadura”, nenhum novo sentido que seja capaz de desestabilizar a relação antagônica com o PT lhe é agregado.

Encontra-se em C2 uma citação textual de um fragmento da resolução em C1 (período sublinhado). Em ambos os trechos, a relação do PT com o capitalismo é de antagonismo, assim como é em relação à ditadura. Observe-se que não há matização desses termos, ou seja, não se encontra qualquer expressão partitiva ou adjetiva, deixando em campo antagônico todo e qualquer sentido formado a partir de capitalismo e ditadura.

Identificam-se, assim, dois procedimentos lingüísticos distintos em relação às designações “ditadura militar” e “burguesia”, presentes nos fragmentos do III Congresso:

- a) Os sentidos de rechaço às práticas da ditadura foram mantidos;
- b) O apagamento das expressões *elites dominantes* e *burguesia* provoca duas leituras: a primeira consiste na destituição de uma comunidade discursiva que esteja sob a designação de burguesia, de sorte que, então, o termo venha a ser abandonado; a outra leitura consiste em compreender que a burguesia ainda existe sob tal designação de uma comunidade discursiva, mas o PT não recupera o que foi dito em relação à participação dessa classe na construção do socialismo; ele modifica o relato sobre seu passado re-significando a polêmica. Entretanto, os sentidos que circulam de modo disperso pela formação discursiva petista cerceiam essa movimentação. Logo, esta pesquisa entende que a última leitura é a mais adequada.

Reitera-se a conclusão segundo a qual, no III Congresso, a heterogeneidade da comunidade discursiva se corporifica com elementos que antes compunham o Outro petista, como se pode verificar na relação do PT com o empresariado.

Conforme constatação anterior, muitos dos fragmentos do texto de 1990 foram retomados em 2007. Entretanto, designações como *empresas*, *empresários* e *empresariado* surgem somente na resolução do III Congresso.

Pelo movimento constitutivo do discurso em que há a tensão entre forças centrípeta e centrífuga dos sentidos, ou, ainda, a tensão entre o velho e o novo, é natural que elementos surjam e desapareçam dos discursos. Contudo, em se tratando de discurso produzido por um partido cujas bases se construíram a partir do meio sindical, é importante para esta pesquisa identificar os sentidos mobilizados no decurso do movimento da designação referente ao empresariado. A primeira ocorrência referente a essa comunidade discursiva apresenta-se sob forma da designação “segmentos empresariais” no fragmento a seguir:

D1	2007, p.12
<p>“Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neoliberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda” (p.12) [grifo nosso]</p>	

Quadro 4 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

O fragmento destacado pertence ao relato histórico que o partido realiza no início do capítulo sobre socialismo, em que apresenta seu ponto de vista a respeito dos efeitos do período neoliberal. Três são os setores da sociedade designados no trecho em negrito: trabalhadores, setores das classes médias, segmentos empresariais. No texto, exercem a função de completar o sentido de “resistência ao neoliberalismo” nos sintagmas. Por esta formulação, os três segmentos circulam em um mesmo campo: o de aliança ao PT.

Observam-se estratégias lingüísticas semelhantes a outras já analisadas por esta pesquisa. Em relação à designação “trabalhadores”, verifica-se o uso do determinante “os”. Isso permite compreender que a totalidade dos trabalhadores resistiu às políticas neoliberais. Em relação às classes médias e ao empresariado, as expressões que se lhes adjuntam são modalizadoras: “vastos setores” e “segmentos”, respectivamente. Considerando a formação discursiva petista que tem grande parte de seus líderes fundadores no movimento sindical, foi necessário matizar a participação da classe empresarial na história do partido. Ao enunciar *segmentos empresariais*, o PT divide a classe: o outro está fragmentado para que

seja possível reconhecê-lo/ incorporá-lo ao campo discursivo dos aliados petistas no passado sob a perspectiva de 2007.

Outra observação refere-se ao uso da palavra “inclusive” entre vírgulas. Se natural fosse a adesão de parte dos empresários ao campo de aliança contra o neoliberalismo, poder-se-ia encontrar outra formulação: *“Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e de segmentos empresariais”*. Assim, o uso do vocábulo “inclusive” no texto petista quebra a equivalência da participação dos setores mencionados, pondo em evidência a atuação de parte dos empresários na relação histórica do PT contra o neoliberalismo.

Entende-se que as designações referentes a “empresariado” no 7º Encontro estavam incorporadas pelas expressões “elites dominantes” e “burguesia”. A mudança de designação desvincula o empresariado da burguesia e permite a fragmentação de cada grupo. Esse procedimento possibilita a incorporação de elementos que antes estavam em campo antagônico para o campo de aliança, reconhecendo a participação de parte dos empresários na luta do partido.

Esta pesquisa então compreende que, se a comunidade discursiva petista tivesse sido composta pelo empresariado, não haveria a necessidade de destaque e, por conseguinte, de reconhecimento.

Esses dois procedimentos lingüísticos – a modalização e a glosa – incluem uma designação que originalmente não pertencia à formação discursiva petista. É o sistema de restrições (Maingueneau, 2005) determinado pela ideologia que impede a incorporação de elementos de outra formação discursiva sem qualquer procedimento lingüístico de ajuste.

Ainda na apresentação do capítulo Socialismo Petista, há uma outra referência ao empresariado:

D2	2007, p. 14
<p>O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro, ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial. (p.14)</p>	

Quadro 5 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Diferentemente do fragmento anterior, que apresentava um relato histórico, nesse trecho o PT trata no momento presente das condições de êxito de sua via socialista no que tange à relação com a propriedade e, especificamente, em relação à agricultura. Apresentam-se aqui dois campos antagônicos a partir do uso futuro da expressão “a ser estabelecida”: agricultura familiar e agricultura de caráter empresarial.

O PT se apresenta como gestor de conflitos entre os diversos elementos: distribuição de renda e crescimento; formas de propriedade cuja relação de conflito mais antagônica se estabelece entre a agricultura familiar e a de caráter empresarial.

Compreende-se então que as estratégias lingüísticas de fragmentar o Outro para incorporá-lo, em um momento, e de ausentar-se da polêmica, no momento seguinte, mostram o caráter universalista do partido, um gestor, partido estadista.

O fragmento abaixo se insere no subitem “Os principais traços do socialismo”:

D3	2007, p. 16
<p>O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;</p>	

Quadro 6 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

A ausência de um elemento de determinação ante “grandes empresários” generaliza sem totalizar a participação da classe, ou seja, a ausência de determinação em uma

expressão de plural permite recuperar um sentido cristalizado: o da participação decisiva do empresariado no engendramento dos meios capitalistas de exploração. Em face da falta de designação clara no fio discursivo do documento do 7º Encontro em 1990, destaca-se um fragmento da resolução do I Congresso Nacional (1991), no item “Articulando uma alternativa”, visando recuperar da memória oficial a relação PT/empresariado:

D4	1991 – I Congresso Nacional
<p>Temas como política salarial, combate à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do Partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo e consequência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disto, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional</p>	

Quadro 7 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Nesse fragmento, o antagonismo entre empresariado e políticas que o PT pretende adotar reitera aquele encontrado no último fragmento analisado, porém nesse trecho a designação em conjunto de elemento determinante “o empresariado” permite a inclusão da totalidade do referido setor, marcando uma oposição mais veemente. Aqui, elementos que já figuraram no campo de antagonismo no documento de 1990 aparecem ao lado do empresariado: governo e setores conservadores do Congresso Nacional.

Retornando às resoluções do III Congresso Nacional, o próximo fragmento foi retirado do item “Pela superação da opressão de raça, gênero e classe”:

D5	2007, p. 18
<p>O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial, que são comandados por Washington e pela União Européia. (...) A principal consequência, segundo Milton Santos, é que “os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada.” (p. 18)</p>	

Quadro 8 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

O PT incorpora a seu texto, que trata do processo contemporâneo da globalização, uma fala atribuída ao pesquisador em Ciências Sociais Milton Santos. Sob a designação de propagandistas da globalização, governos mundiais, Washington, União Européia, FMI e Banco Mundial estão todos no mesmo campo. Deste modo, globalização se apresenta ao lado da lógica de mercado, ou seja, com o capitalismo. E, como atores dessa ordem, surgem “as empresas” em sua totalidade, ou seja, a designação “empresas” é precedida pelo determinante “as”, excluindo qualquer tipo de matização. Nesse subitem, “empresas” são apresentadas no campo de antagonismo ao lado da globalização e do capitalismo. Como se pode perceber, a responsabilidade pela concretude das ações neoliberais é das empresas.

Como se pôde observar, as distintas designações do setor empresarial e sua relação com PT são apresentadas de modo contraditório, procedimento que revela a incorporação – pelo menos em parte – de uma formação discursiva que por meio da historicidade se situava em oposição. As coerções de sentido ocorrem não só pelo gênero como também pela formação discursiva. Conclui-se que são tais coerções as responsáveis pela coexistência no mesmo texto de expressões que atenuam, totalizam, incluem ou excluem o Outro empresariado.

Se em 1990 o discurso petista está impelido a responder sobre seu quadro teórico, em relação à ideologia que propaga, também é “coagido” pela constituição do próprio gênero em 2007. Nesse contexto, assim surge o neoliberalismo nas resoluções de 2007, como se pode verificar nos fragmentos abaixo:

III Congresso Nacional 2007

E1 p.11	A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo “ <u>neo</u> ” que se acoplou a esse <u>liberalismo</u> <u>requentado</u> , não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O <u>neoliberalismo</u> pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional.
E2 p.11	Nos países da periferia do capitalismo – especialmente nos da América Latina – os efeitos dessas teses foram devastadores. As idéias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os <u>princípios neo-liberais</u> para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O <u>neoliberalismo</u> buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento

	externo.
E3 p.12	<u>Os efeitos do neoliberalismo</u> no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de <u>políticas neo-liberais</u> foi diferida de praticamente uma década.
E4 p.12	A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das <u>idéias neoliberais</u> no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma <u>alternativa pós-neoliberal</u> . A superação do <u>neoliberalismo</u> no plano das idéias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.
E5 p.19	No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o <u>neoliberalismo</u> , não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura.

Quadro 9 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Conclui-se que a ausência da designação “neoliberalismo” nas resoluções do 7º Encontro Nacional se deve ao fato de se referir a um processo sedimentado ao longo da década de 90. Os fragmentos E1, E2, e E3 descrevem a atuação do neoliberalismo no passado por meio das formas verbais “*pregava, buscava, foram*”. Eles estão inseridos na apresentação do capítulo em que se realiza uma contextualização. Os fragmentos E4 e E5 apresentam um antes e um depois (ex. em E5: No passado...e hoje...).

Compreende-se, assim, que se estabelece uma polêmica com governos anteriores a partir das marcas de temporalidade. Em E1, o PT relaciona a crise das alternativas socialista (final da década de 80) com o surgimento do neoliberalismo ao classificar suas propostas como “conservadora e regressiva”, situando-o em campo antagônico.

Em E2 outros termos que figuraram no campo antagônico em outros momentos – conforme análises anteriores – também surgem em aliança ao neoliberalismo, como capital financeiro, imperialista, “Consenso de Washington”. Por outro lado, situa no passado ação neoliberal (os efeitos dessas teses foram devastadores).

Em E3 os limites temporais do neoliberalismo estão mais evidentes, situando-se a aplicação de suas políticas a partir dos anos 90. Em E4 apresenta-se uma comparação entre o antes e o depois. Em “A despeito das transformações sofridas nos últimos quatro anos”, demarca-se a vigência do governo Lula com termos de aceção positiva: transformação, superação, pós-capitalista. Ao situar o princípio do neoliberalismo no Brasil na década de 90 e o início de seu fim nos últimos quatro anos, o PT atribui aos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade por desenvolver tais políticas.

Por conseguinte, o princípio da mudança ocorre com o PT no Executivo. O Partido designa seu governo como “período de transição” e apresenta enunciados constatativos que visam ao futuro e não ao que foi feito nos quatro anos: *“nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal; é de fundamental importância clarificar nosso horizonte; O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária”*. Tais enunciados constatativos revelam uma ausência de contraponto ao neoliberalismo. Por isso, entende-se que a designação “período de transição” carece de descrição, no aspecto de suas práticas e também no caráter teórico.

No fragmento E5 destacado do subitem “Pela superação da opressão de raça, gênero e classe”, o PT situa o neoliberalismo no presente sem qualquer concomitância com alternativa de transformação: “hoje, sob o neoliberalismo, (a população negra) não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e à preservação material e imaterial da sua cultura”. À primeira vista, isso denotaria um dissenso na comunidade discursiva a respeito do neoliberalismo, que em um momento da resolução identifica o tempo atual como um “período de transição” e em outro identifica como exclusivamente neoliberal. Uma resposta socialista, no presente, ao neoliberalismo não é descrita pelo partido. A ausência de descrição do “período de transição” permite compreender que o Outro neoliberal descrito como antagônico também faz parte do Mesmo, pelo menos em parte, devido à falta de um contraponto socialista que lhe sirva de resposta. Note-se, ainda, que o PT se consolidou quando assumiu diversos cargos no legislativo e executivo ao longo da década de 90. Entende-se que essas posições enunciativas assumidas

por parte da comunidade petista permitiram a incorporação de práticas neoliberais – política do então governo federal.

4.1.2 Mantendo campo, mudando sentidos

Ao elaborar as resoluções, o PT utiliza procedimentos lingüísticos similares, entretanto produz sentidos absolutamente distintos ao tratar da sua relação com a Mídia e com Cuba. A reiteração constante do caráter democrático petista mobiliza diversas designações para constituir seu campo de aliança ou antagonismo. Assim, a relação do PT com a mídia é retratada em dois fragmentos transcritos abaixo:

F1	1990 (par.6)	F2	2007 (p.12)
	Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. <u>A mídia conservadora</u> o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.		A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, <u>o da mídia</u> e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

Quadro 10 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Retomando o cenário político descrito na contextualização, em finais da década de 1980, a atmosfera política vivida no Brasil era intensa. No âmbito interno, o país começava a viver um período de democracia, com nova Constituinte (1988), eleições diretas para presidente (1989), além da pluralidade de partidos de diversas tendências. Em âmbito internacional, a queda do muro de Berlim (1989) e o período de crise das alternativas socialistas no restante da Europa contribuíram para uma etapa de reflexões e discussões sobre os modelos políticos e econômicos. No Brasil, tais discussões fizeram parte da agenda política da época e também fomentaram debates no Partido dos Trabalhadores. Sob essa conjuntura, o fragmento F1 apresenta um embate travado a partir das discussões sobre o caráter político-ideológico do PT, no qual a legenda destaca a participação da mídia.

Retomando o pressuposto do dialogismo em que um enunciado é uma resposta a outros em uma cadeia discursiva, em F1, o PT designa a responsabilidade de um dizer ao qual se opõe. No fragmento destacado, a mídia é colocada em cena como responsável pelas afirmativas que subjazem à negação petista quanto ao embate político-ideológico. Estaria em campo antagônico ao PT o socialismo real, a dominação capitalista e a mídia conservadora; contudo, ao enunciar “mídia conservadora”, o PT lhe dá destaque ao designá-la como agente do embate. No próprio sintagma (mídia conservadora) o núcleo é “mídia” (diferentemente do trecho de 2007, como se verá adiante), evidenciando o caráter central de sua atuação. Mediante as expressões “refutar”, “nunca” e “falácia”, o PT nega sua associação com o socialismo real. Ao renegar tal aliança, a legenda faz referência ao papel da mídia, atribuindo-lhe a responsabilidade por veicular as afirmações subjacentes às que são negadas nas resoluções de 1990.

Em 2007, a preocupação pela determinação do caráter político-ideológico não é mais a mesma. No fragmento analisado, o contexto de referência é o desempenho do PT enquanto governo. Essa discussão perde espaço; no fragmento F2, a mídia também está em campo antagônico, porém seus aliados não se referem a aspectos político-ideológicos, mas de caracterização da sociedade de classes. Assim, estão no mesmo campo capitalismo, poder econômico, poder da mídia e poder militar. A própria ordem no sintagma (núcleo do sintagma, além da estrutura de enumeração com os sintagmas que o cercam) auxilia na diluição do papel central do antagonismo. Em suma, a mídia, nas duas resoluções, figura em campo antagônico ao PT, entretanto com limites mais tênues de embate.

Ao contrário da mídia, Cuba surge na resolução de 1990 em campo de aliança, conforme fragmento abaixo:

G1	1990, p. 1
<p>A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira (...). Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.</p>	

Quadro 11 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

A referência a outros países também esteve presente nas resoluções do PT, mas o exemplo cubano é interessante, pois se trata de um país que mantém relações estreitas com o Brasil e que não mudou seu modo de governar. A propósito, ainda vigora o socialismo sob grande influência de Fidel Castro, que, embora não seja mais presidente (função que deixou de exercer em 2006), ainda mantém papel determinante no regime que instaurou com ajuda de muitos que entraram pra a história (Camilo Cienfuegos, Ernesto “Che” Guevara, dentre outros) inclusive a de seu irmão Raúl Castro, hoje o mandatário do país caribenho.

Nesse fragmento, a resolução de 1990 apresenta Cuba como aliado em oposição à agressão imperialista dos EUA. Note-se que os EUA são inseridos no campo antagônico pela sua ação imperialista e não como uma nação que investe contra outra que se defende – a caribenha. Em seqüência, a defesa da autodeterminação dos povos e o rechaço às formas de exploração e à opressão delimitam os campos em oposição do PT e de Cuba contra o imperialismo norte-americano. Essa relação de antagonismo do PT com a ação imperialista norte-americana revela uma incorporação de discursos de esquerda que lhe antecederam, praticados, por exemplo, pela tradição estatista, dado já apresentado por esta pesquisa no capítulo de Contextualização.

No III Congresso de 2007, o país caribenho não é tema da via socialista petista. Embora esteja presente como referente histórico de lutas em outro capítulo, Cuba não faz parte da tessitura dos ideais de socialismo que o PT elabora no século XXI. No fluxo dos discursos, Cuba foi inscrita como exemplo de conquistas sociais pela via do socialismo, mas não cabe defesa de seu regime, que, dentre outras características, não possui eleição direta para presidente nem pluralidade partidária. Nesse momento o socialismo do partido não se filia ao cubano, mas também não apresenta Cuba como seu antagonista. Como na história de construção do PT Cuba teve um papel importante, o partido se vê condicionado – por um lado por causa da historização e, por outro, pelo reconhecimento das forças internas que simpatizam com o regime cubano – a citá-lo. Assim, o documento o faz em outro capítulo – fora do Socialismo Petista – intitulado “Respeito à soberania e autodeterminação dos

povos”, revelando a mudança de perspectiva da legenda sobre seu conceito de socialismo.

4.1.3 Comunidade discursiva petista: composição e identificação

Nesta seção, a configuração entre o Mesmo e o Outro petista se materializa nos fragmentos dos grupos G e H, ao apresentarem a relação do PT com a esquerda por meio das designações em destaque. O bloco G trata a relação da legenda com a ideologia de esquerda (acepção política do termo); em seguida, no bloco H, encontram-se designações referentes a outras agremiações de esquerda. Esses fragmentos permitem verificar o processo de identificação e adesão dos membros da comunidade discursiva petista, considerando seu caráter heterogêneo. Além disso, é importante lembrar o caráter prescritivo das resoluções, considerando que antes de convencer, neste caso, o militante a imbuir-se do compromisso da ação, é necessário que ele se identifique, se veja representado.

H1	1990 (1b prg3)	H2	2007 (p.13)
	<p>3- Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. O ideário do Partido <u>não</u> expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT <u>não</u> possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, <u>nem sempre textualmente codificadas</u>, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.</p>		<p>Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, <u>o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda.</u> Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica - persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas</p>

Quadro 12 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Conforme a contextualização proposta, a conjuntura internacional, sobretudo a reação europeia em face da crise das alternativas do socialismo, assim como o momento interno de consolidação dos instrumentos democráticos e de participação popular criaram um espaço de discussão sobre as alternativas capitalista, socialista, comunista, dentre outras. A consolidação do PT ocorreu nesse cenário, após a eleição de 1989. Portanto, nas suas resoluções, ao assumir sua opção socialista, a legenda apresenta suas características, considerando o embate de idéias que a perpassava.

A partir das nomeações grifadas em H1, nota-se a coerção discursiva que o partido sofre ao explicar como se caracteriza a sua concepção de socialismo. Pode-se compreender que a legenda se encontra impelida a explicitar a que quadro teórico pertence o seu entendimento de socialismo. Mediante a negação, o PT se distancia de uma concepção teórica uma que dê suporte a sua práxis. *“O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial”*. Contudo, as nominalizações em negrito apresentam distintas correntes – neste trabalho, as distintas vozes – que compuseram o partido. O PT ressalta o caráter pragmático das diferentes correntes de pensamento que constituíram a legenda: “como expressão de sujeitos sociais concretos”, distanciando-se de uma concepção puramente ideológica (do ponto de vista da política).

Pode-se estabelecer uma afirmação subjacente na qual um segundo enunciador atribuiria ao PT uma filosofia oficial, assim como outros partidos que assumiram um matiz filosófico como prerrogativa da sua constituição. Retoma-se o caso do Partido Comunista na União Soviética, que se enfraqueceu, dentre outros motivos, pelas disputas internas de matiz ideológico entre estalinistas e trotskistas. No Brasil, essa polarização também influenciou as práticas do PCB. De acordo com Konder:

No Brasil, também, a direção do Partido Comunista ficou com os estalinistas. Os descontentes – logo sumariamente rotulados como “trotskistas” – se articularam em torno de Mario Pedrosa (1900-1981), que havia sido enviado à União Soviética, mas em Berlim entrara em contato com comunistas dissidentes e voltara ao Brasil para defender novas idéias que adotara. (2003:58).

O PT, por sua vez, pretende se afastar das práticas do Partido Comunista. No Brasil da ditadura, em termos gerais, ser de esquerda era ser comunista. Ao se inscrever como partido de esquerda, o PT necessita demarcar as suas fronteiras, marcar oposição, não só ao discurso que, por ora, será chamado de direita, mas também às outras esquerdas, o comunismo, o socialismo real e a social-democracia. Como já fora dito nos comentários sobre o fragmento H1, o PT apresenta a imprensa como um dos responsáveis pela vinculação da imagem petista ao socialismo real.

Ainda no fragmento H1, as designações marcadas em negrito permitem identificar as várias correntes filosóficas criando um campo de aliança. Por outro lado, há um reconhecimento pelo próprio partido do apagamento de outras correntes por meio do mesmo procedimento – a negação: “nem sempre textualmente codificada”. Isso mostra um sistema de coerções do qual fazem parte elementos externos à comunidade discursiva petista (ex.: imprensa), e também internos (designações em negrito).

Em H2, o fragmento sublinhado apresenta uma negativa que reitera aquela enunciada em H1, ou seja, circunscreve o campo de antagonismo como aquele em que está apenas uma corrente: “*o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda*”.

Mais uma vez, o PT recorre à estratégia da continuidade no fio discursivo, simulando o efeito da coerência com sua história, ao utilizar, em 2007, fragmentos do texto de 1990. No entanto, os sentidos deslizam no momento em que o PT escolhe outras designações. O partido não utiliza as mesmas denominações para compor seu campo de aliança. Em lugar das diferentes correntes teóricas da esquerda, o PT se estrutura a partir da defesa das diferenças, das minorias da sociedade. A pluralidade ideológica de esquerda em H2 não é denominada, diferentemente em H1 (o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental). As designações apresentadas em H2 (gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, portadores de deficiência, opções sexuais, preferências artísticas, jovens, velhos) não permitem identificar quais correntes de pensamento de esquerda compõem o PT em 2007, ou seja, há um apagamento da tensão entre suas distintas formações doutrinárias. Para

entender o deslocamento de sentido dessas designações, é importante retomar o que foi apresentado sobre socialismo no capítulo de contextualização, ou seja, trata-se de uma concepção teórica da organização dos meios de produção.

Conclui-se que a caracterização ideológica (considerando ideologia na acepção das ciências políticas) não constitui papel fundamental no socialismo petista, pois com a mudança de designações houve um apagamento no documento de 2007 das idéias de esquerdas figuradas na resolução de 1990. Se em inícios da década de 90 havia um perfil político-ideológico de esquerda amalgamado sob diversas designações, em 2007 esse amálgama foi destituído pelas forças centrífugas discursivas; seja pelo esvaziamento desses componentes na comunidade discursiva petista, seja pelo seu enfraquecimento ante a força centrípeta das designações das minorias. Dilui-se o caráter teórico-ideológico – capaz de provocar adesão e, principalmente, dissenso – e aglutinam-se segmentos sociais “minoritários”, muitos já legitimados por leis de defesa dos seus direitos, como é o caso de idosos, crianças, negros. Tal procedimento universaliza seus integrantes, torna-o um partido mais abrangente, capaz de abrigar múltiplos ideais, configurando o discurso petista em um “discurso de todos”. Além disso, ao escolher outro grupo de designação em 2007, privilegiam-se as questões práticas sobre as teóricas. Em suma, a mudança no modo designar apresenta um caráter universalista do discurso na resolução do III Congresso.

Seguem os fragmentos referentes à relação do PT com as distintas instituições de esquerda:

7º Encontro Nacional (1990)

I1 Pfg 2	2. Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político
I2 Prg 7	7. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira , quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais

Quadro 13 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

III Congresso Nacional (2007)

I3 p.10	Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.
I4 p.11	Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda .
I5 p.12	Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas , o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política.
I6 p.23	(...) temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.
I7 p.24	Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

Quadro 14 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Em mais um fragmento do documento de 1990, a negação é a estratégia mediante a qual o PT demarca seu campo de aliança e de oposição. O adjetivo *refratário* (I1) permite apresentar características de partidos tradicionais das quais o PT discorda. O uso do determinante “os” (os partidos tradicionais) permite que à totalidade dos partidos tradicionais sejam atribuídos monolitismo e verticalismo. Em relação às instituições de esquerda, o uso de um modalizador – muitas agremiações de esquerda – divide e quantifica esses partidos. Tal modalizador permite que organizações de esquerda (em parte) e partidos de direita (na sua totalidade) estejam no mesmo campo: o de antagonismo ao PT no que tange à relação com a democracia.

Outra referência aos partidos de esquerda na resolução do 7º Encontro também os inclui em campo antagônico ao PT e em aliança com outros partidos, como se observa em I2: *“Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos”*. Em I2, o verbo “evitar” também funciona como negação, modalizado em *quisemos evitar*, seguido pela estrutura comparativa *tanto... quanto*,

permitindo que *ideologismo abstrato e pragmatismo desfibrado* complementem seu sentido. Observe-se que, ao se referir à esquerda, há o uso da adjetivação *tradicional*, porém a todo o seu conjunto é atribuído ideologismo abstrato, que também apresenta modalização, mais uma vez enunciada pelo processo de adjetivação – *travo elitista*.

Outra marca de negação é a expressão *de nada nos serviria* em “*De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais*”, opondo *aprofundamento ideológico de cúpula a cultura política real de nossas bases partidárias e sociais*. Mais uma vez o aspecto da teoria do socialismo *versus* a práxis cotidiana é ponto de embate.

Deste modo, estão formados dois campos: o de aliança com os elementos democracia, anticapitalismo, sociedade socialista como utopia concreta, cultura política real; e o de antagonismo, constituído por partidos tradicionais com seu pragmatismo desfibrado, muitas agremiações de esquerda com seu ideologismo abstrato.

Note-se que, nos fragmentos referentes à resolução de 2007, novas designações relativas às organizações de esquerda surgem. Em I4 encontra-se referência da luta do PT contra o neoliberalismo:

Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com **outros partidos de esquerda e de centro-esquerda**.

Quadro 14.1 – Fronteiras entre o Mesmo e o Outro petista

Valendo-se da expressão *junto com*, o PT situa *outros partidos de esquerda e de centro esquerda* e os *movimentos sociais* em seu campo de aliança na “resistência” aos efeitos do neoliberalismo. Nesse fragmento, a ausência de um elemento de determinação – outros partidos de esquerda e de centro-esquerda – fragmenta o movimento de esquerda, pois subjaz o sentido de que não foi a totalidade dos partidos de esquerda e centro-esquerda que esteve aliada na resistência. Aquilo que inicialmente poderia parecer uma ruptura entre 1990, quando *muitas agremiações*

de esquerda estavam em campo antagônico, e 2007, momento em que *outros partidos de esquerda* aparecem em aliança, revela a relação conflituosa dos petistas com tais segmentos partidários. A fragmentação do Outro (esquerda), ora para afastar-se – por meio do modalizador *muitas* –, ora para aderir – com a indeterminação *outros* –, é o recurso lingüístico que ao mesmo tempo denota a polêmica e a tentativa de encobrir no fio discursivo esse conflito.

Outro exemplo de fragmentação do Outro (esquerda) apresenta-se no fragmento I3, pertencente à resolução de 2007: “*Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura*”. A designação *militantes* permite atribuir ao indivíduo – e não a determinada organização de esquerda enquanto instituição –, o caráter positivo da expressão adjetiva *destacado papel*. Cabe à ditadura o caráter opositivo pelo uso do verbo combater. Circundam-se os campos em embate: PT e militantes de determinadas organizações de esquerda de um lado e, de outro, a ditadura.

O fragmento I6 pertence ao parágrafo em que o PT trata de guerra e violência: “O compromisso com a paz faz parte **da história da esquerda contemporânea** e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT”. Nesse momento o PT se incorpora à história da esquerda, aliando-se à paz.

Sobre formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade, o fragmento I7 apresenta uma nova designação, “*intelectuais orgânicos de esquerda*”, incluindo mais um elemento para compor o campo de aliança juntamente com “*militância petista*”:

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, **intelectuais orgânicos de esquerda** para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

Quadro 14.2 – Fronteiras entre o Mesmo o Outro petista

O fragmento I5 encontra-se nesta subseção porque trata da relação do PT com duas agremiações de esquerda, a saber, social-democracia e comunismo, Entretanto, a análise desse fragmento será desenvolvida na próxima subseção.

4.2 Deslocamentos de sentidos nas coincidências do dizer

Neste segundo bloco, estão organizados os fragmentos que evidenciam uma relação parafrástica entre as resoluções. Verificou-se que, além das designações já analisadas, outros fragmentos – muitos deles extensos – guardavam semelhanças totais ou parciais no fio discursivo. Deste modo, seguem-se quatro subseções:

4.2.1 Os matizes de uma relação: social-democracia

Neste subitem, apresentam-se fragmentos que tematizam a relação do PT com a social-democracia e com o capitalismo. Verificar-se-ão as estruturas que permitem compreender a relação de paráfrase entre os documentos.

7º Encontro Nacional - 1990

J1	5- Semelhante convicção anticapitalista , fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas . As correntes social-democratas <u>não</u> apresentam, <u>hoje, nenhuma</u> perspectiva real de superação histórica do capitalismo . Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo. O <u>diálogo crítico</u> com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. <u>Todavia</u> o seu projeto ideológico <u>não</u> corresponde à convicção anticapitalista <u>nem</u> aos objetivos emancipatórios do PT.
----	---

Quadro 15 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

III Congresso Nacional – 2007

J2	p. 11 Por outra parte, as experiências social-democratas européias , desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista , abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial.
J3	p. 13 Mantendo um <u>diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas</u> , o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990.

Quadro 16 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Retomando o conceito de polêmica (Maingueneau), verifica-se que o Mesmo petista apresenta um conjunto de idéias que negam seu opositor, por meio de diversas marcas lingüísticas. Destaca-se, primeiramente, a negação:

De modo similar a outros fragmentos, a negação se apresenta como o recurso lingüístico em que o PT delimita as fronteiras entre o Mesmo petista e seu Outro. Já no primeiro período do fragmento J1, “*Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas*”, pode-se destacar a palavra *anticapitalista*, em que a negação se encontra no nível mórfico pelo processo de derivação prefixal (anti).

No referido período do fragmento J1, a negação se denota no nível lexical ao recair sobre o uso do vocábulo *crítico*. Embora tal palavra não seja um elemento clássico de negação, como é o *mas* e o *não*, o vocábulo crítico, nesse contexto, implica a recusa do objeto da crítica – a social-democracia. As palavras “anticapitalista” e “crítico” qualificam o sujeito enunciador, ou seja, a voz oficial do PT. Desse modo, delineia-se o campo de antagonismo em que estão presentes **propostas social-democratas** e **capitalismo**.

Como já foi analisado, O PT constrói seu discurso respondendo às vozes que lhe atribuem características com as quais não se identifica (verificar relação com a mídia). Deste modo, comprova-se aquilo que já foi descrito no Aporte Teórico sobre a lei dos discursos na concepção de Ducrot: “toda vez que se diz algo, imagina-se alguém que pensaria o contrário e ao qual se opõe” (1987:202). Isso entra em consonância com a perspectiva de que a negação polêmica se torna um elo na cadeia discursiva ao retomar um dito anterior e antecipar os posteriores como resposta constitutiva.

Ainda sobre a negação, em outro trecho do fragmento J1 do 7º Encontro:

O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. <u>Todavia</u> o seu projeto ideológico <u>não</u> corresponde à convicção anticapitalista <u>nem</u> aos objetivos emancipatórios do PT.
--

Quadro 15.1 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

No trecho anterior, com relação à social-democracia, identificam-se, graças ao uso do não e do nem, os dois campos de oposição: o projeto ideológico da social-democracia *versus* convicção anticapitalista e objetivos emancipatórios do PT, sem qualquer tipo de matização.

Além disso, outro marcador de negação, nesse caso em relação à frase anterior, é o todavia. Observe-se que a primeira frase tem seu sentido desestabilizado pela segunda: o reconhecimento do valor positivo “*útil à vida dos trabalhadores*” do movimento social-democrata, por meio de uma assertiva, é enfraquecido pelo período seguinte, mediante a dupla negativa “não” e “nem”. Ao longo de todo o parágrafo, a argumentação se realiza no sentido de negar a social-democracia. Entretanto, na frase “*O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial*”, o PT classifica a social-democracia como um “movimento de massa” – referindo-se ao movimento na Europa – e admite estabelecer um diálogo (note-se que a adjetivação – crítico – recai sobre ele modalizando seu sentido) com tais correntes. Assim, mesmo quando reconhece sua validade como movimento de massa – algo que poderia aproximá-los nesse momento –, o PT coloca a social-democracia em campo antagônico quando modaliza a palavra “diálogo”. Ao iniciar a oração com todavia, o enunciador expõe um duplo movimento: a sobreposição do argumento apresentado em relação à frase anterior; a retomada da negação construída ao longo do parágrafo.

Outro recurso lingüístico presente no fragmento J1, na resolução de 1990, é o uso do advérbio *hoje* em função de modalizador. Observe-se seu funcionamento em conjunto com negação em “*As **correntes social-democratas** não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo*”

Sem o advérbio *hoje*, a frase transformar-se-ia em uma negação categórica, sobretudo pela outra negação – nenhuma – em relação ao sintagma seguinte. Contudo, o advérbio *hoje* estabelece, por um lado, uma dêixis discursiva temporal – atualmente –, por outro, relativiza por meio da contextualização temporal a negativa categórica. Então, se a social-democracia naquele tempo não apresentava uma perspectiva de superação histórica do capitalismo, em um futuro poderia apresentar.

Portanto, já em 1990 abria-se uma possibilidade (ainda que incipiente pela construção negativa) de mobilidade da social-democracia para o campo de aliança.

Observem-se, a partir de então, os fragmentos pertencentes à resolução de 2007. Primeiramente o fragmento J2, que recupera a memória em que social-democracia e capitalismo circulavam em mesmo campo:

Por outra parte, as **experiências social-democratas européias**, desenvolvidas em um período de forte **expansão capitalista**, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial

Quadro 16.1 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Entretanto, negações explícitas (não, nenhuma, nem) estão ausentes do trecho. Isso indicia um enfraquecimento do antagonismo, conclusão que será apresentada em seguida, na análise do fragmento J3:

“Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao **capitalismo** e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990.

Quadro 16.2 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Ao observar o fragmento em destaque do III Congresso, notou-se que uma expressão do 7º Encontro foi retomada em 2007: diálogo crítico. Como já se pode concluir, sua retomada mobiliza novos sentidos pela própria concepção de ressonância de significação conforme Serrani (1991). Contudo, a questão que se coloca consiste em saber quais são os sentidos mobilizados e por meio de quais procedimentos lingüísticos. Além dessa citação, o documento referencia no fio discursivo a resolução do 7º Encontro em 1990.

Isso ajuda esta pesquisa a compreender a resolução de 2007 como um discurso segundo em relação ao documento de 1990, não por uma ordem cronológica, ou por uma subsequência (sobretudo porque, de fato, não estão), mas por que há uma retomada, na tessitura da resolução em 2007 – inclusive com incorporação de outros fragmentos –, de temas tratados em 1990. Veja-se o que fora apresentado sobre

discurso segundo no capítulo de Primado do Interdiscurso: *“Um discurso segundo se forma a partir das grades de sentido de seu primeiro, porém a reversibilidade também se lhe aplica, ou seja, o discurso primeiro também é afetado pelos sentidos produzidos pelo segundo – considerando, claro, que ambos estejam em uso”*. O que se escreve em 2007 leva em consideração o sentido estabilizado referente à relação do PT com a social-democracia, em que os sentidos do discurso primeiro e de seu segundo pertençam a mesma prática discursiva.

Comparando o uso do termo diálogo crítico nas duas resoluções, pode-se notar que não há, no fragmento destacado, outras marcas de negação além da adjetivação sobre o diálogo. Há vários fragmentos na resolução do III Congresso extraídos do 7º Encontro; entretanto, no que se refere à social-democracia, preferiu-se utilizar apenas a expressão “diálogo crítico”. A ausência de marcas de negação retira da relação do PT com a social-democracia seu caráter fortemente antagônico.

Em *“Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política”*, o uso do gerúndio (*mantendo*) e da expressão adverbial de tempo (*desde a fundação do partido*) também permite esvaziar a oposição estabelecida na resolução de 1990. A ausência da negação possibilita o apagamento do antagonismo, sentido construído pelas práticas petistas, registrado na resolução do 7º Encontro. Entende-se que a resolução do III Congresso pretende desestabilizar sentidos cristalizados pela resolução de 1990, redirecionando a relação do PT com a social-democracia. Ocorre, nesse caso, aquilo que já foi explicado com relação ao discurso segundo, quando esse abala os sentidos daquele que lhe deu “origem”.

A relação do PT com a social-democracia poderia ter mudado ao longo dos anos, provocando dois tipos de simulacros no nível discursivo: um descrevendo a relação PT/social-democracia em 1990 e outro para caracterizar a mesma relação em 2007. Assim, ao escrever sua história na resolução de 2007, o PT poderia admitir uma mudança de rumo: quem antes era o Outro antagônico agora faria parte da aliança. Contudo, esse não é o procedimento verificado. O processo de escritura na

resolução do III Congresso reformula o simulacro do 7º Encontro, estabelecendo um efeito de continuidade, ou melhor, de homogeneidade na relação do PT com a social-democracia.

As resoluções do III Congresso pretendem, além de fixar uma nova memória (relação PT/social-democracia em 2007), instaurar novos sentidos, desestabilizar os sentidos cristalizados em outros espaços, como aqueles registrados nas resoluções de 1990. Para efetivar essa estratégia, a resolução em 2007 utiliza termos da resolução da década anterior – como se as palavras por si mesmas guardassem sentido –, para criar um efeito de continuidade e coerência com sua história, obedecendo às características do gênero resolução. É fato que a deliberação do 7º Encontro serviu de marco para os outros documentos criados a partir de então, e, não por acaso, essa referência surge no fio discursivo em 2007. Entretanto é fundamental perceber que as resoluções do III Congresso registram embates da ordem do interdiscurso, são sentidos que ecoam. A opção desta pesquisa foi a de observar os fragmentos que apresentavam coincidência de forma na tessitura discursiva; a polêmica, entretanto, não se restringe a tais registros lingüísticos.

Recorda-se aquilo que Serrani (1991) diz sobre paráfrase quando situa tal procedimento no nível do interdiscurso como uma ressonância de significação, pois se trata de um processo em que, ao dizer o que já fora dito, os sentidos cristalizados na memória discursiva ecoam. O dizer de outra maneira permite que novos sentidos desestabilizem os anteriores, mas ao mesmo tempo constroem a referencialidade. Desse modo, um sentido novo não pode se estabelecer independentemente do que o antecedeu. É a grade de sentido do discurso primeiro – nesse caso, o antagonismo entre PT e social-democracia em 1990 – que orienta a produção de sentido do discurso segundo – a aliança entre a legenda petista e a social-democrata em 2007 –; embora haja marcas no fio do discurso da resolução de 2007 que criem um efeito de continuidade entre o Mesmo e o Outro, ecoa no interdiscurso o antagonismo registrado na resolução de 1990.

Como se pôde observar, ainda que o PT reconfigure o seu dizer, estará submetido à memória que construiu, pois, ainda que no passado, o dito reverbera e se

sedimenta, ou seja, a autonomia de seu dizer está limitada, inclusive pelas polêmicas de outra época.

4.2.2 Entre o dizer e dizer novamente: democracia econômica

A relação entre democracia econômica e capitalismo já estava estabelecida na resolução de 1990. No entanto, como esse era um período de pós-abertura, ainda se sentiam fortemente as conseqüências da ditadura. No decorrer desta análise, observar-se-á o tratamento dado à democracia como oposição à falta de liberdade. Os fragmentos abaixo, no entanto, tratam da relação do socialismo com democracia no seu aspecto econômico.

K1	1990, prg. 11	K2	2007, p. 16
	<p>(...) O internacionalismo democrático e internacionalista será sua inspiração permanente. <u>O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica.</u> Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. <u>Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social</u></p>		<p>a propriedade pública dos grandes meios de produção⁵. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. <u>O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica.</u> Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. <u>Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.</u></p>

Quadro 17 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

O que se destaca nesses fragmentos é a extrema coincidência na superfície intradiscursiva de alguns trechos. Como já se demonstrou em análises anteriores, a mesma palavra ou expressão pode constituir sentidos distintos dependendo dos

⁵ Grifo original: trata-se de um subtítulo.

elementos que se mobilizam. De modo a organizar a apresentação das (quase) coincidências dos fragmentos, primeiramente, serão destacados aqueles em que não houve um deslocamento de sentido, embora tivesse havido algumas alterações no processo de reformulação.

K1	1990	K2	2007
	Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas.		Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não <u>deve</u> ser confundida com propriedade estatal; e que <u>deve</u> assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas.

Quadro 17.1 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

A inclusão do verbo “dever” na reformulação do trecho em 2007 desliza sentido em relação à modalidade e não aos princípios da democracia econômica, atenuando a característica alética no 7º Encontro e acentuando um caráter deontico em 2007. Por isso, esta pesquisa entende que se trata de um caso de reformulação sem deslize de sentidos sobre a proposição, mas sim sobre a imagem do PT. A mudança na modalidade indicia a alteração de uma imagem centrada na verdade para outra que implica uma ação, próprio daquele que detém poder para agir. Abaixo segue o bloco em que houve um deslocamento de sentido em relação ao referente, com base na análise da primeira estratégia lingüística.

K1	1990	K2	2007
	Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. <u>Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado</u>		Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. <u>Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado.</u>

Quadro 17.2 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Observem-se os trechos sublinhados. Em 1990, a negação estabelece dois campos antagônicos: vontade social e interesse do Estado. Desse modo, o PT se coloca em

favor do primeiro e contra o segundo. Em 2007, a negação recai sobre um novo referente: quem comanda o Estado.

Nos fragmentos das duas resoluções, o PT se mantém ao lado da vontade social; porém, com a elaboração de outro referente, houve um deslocamento da negação, fato que pode ser explicado a partir do lugar discursivo que a legenda ocupa. Em 2007, o PT faz parte do Estado ao compor o governo federal. Entretanto, ao manter-se ao lado da vontade social e alterar seu Outro, o PT utiliza uma “estratégia de credibilização do enunciado”, conforme assinala Coracini (1991): *ao mostrar suas dúvidas, reticências e incertezas, o locutor transmite de si uma imagem de pessoa honesta, comprometida com a ‘verdade’* (1991:127). Assim, afastar-se da posição de governo em favor da vontade social vulnerabiliza sua própria condição de base aliada do governo. Todavia, mostra uma imagem crítica de si mesmo, ao estabelecer que acima dos interesses do próprio partido estão os interesses da vontade social.

Como todo lugar discursivo, o de partido governista tem suas coerções. Seria um contra-senso ser governo e assumir um discurso que se lhe opõe. Por outro lado, afastar-se da posição de governo do Estado seria uma estratégia de eximir-se de uma responsabilidade atribuindo-a a outrem, como se não pertencesse a esse outrem.

A segunda estratégia lingüística utilizada na resolução do III Congresso em relação ao documento de 1990 consiste no apagamento das glosas. Entende-se por glosa um comentário ou esclarecimento explicitado num processo de reflexividade. No fragmento K1 foram encontradas três glosas: “desafio dos desafios” e “os conselhos de fábrica são referência obrigatória” estão destacados pelo uso do travessão; a expressão “por isso mesmo” se apresenta entre vírgulas.

K1	1990	K2	2007
<p>[...] O internacionalismo democrático e internacionalista será sua inspiração permanente. O socialismo que almejamos, <u>por isso mesmo</u>, só existirá com efetiva democracia econômica. [...]</p> <p>Que busque conjugar – <u>desafio dos desafios</u> – o incremento da produtividade e a <u>satisfação das</u></p>		<p>[...] As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. [...]</p> <p>Queremos conjugar o incremento da produtividade e a <u>satisfação das necessidades materiais, com uma nova</u></p>	

<p>necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – <u>os conselhos de fábrica são referência obrigatória</u> – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social</p>	<p>organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.</p>
--	---

Quadro 17.3 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Retornando às considerações sobre as modalidades, a epistêmica apresenta a opinião de quem enuncia. Por outro lado, a alética apresenta o valor de verdade das suas proposições. A ausência das glosas na resolução de 2007 diminui o caráter epistêmico dos enunciados; por conseguinte, atenua a presença do enunciador nos espaços destinados a uma opinião explícita. A supressão da glosa na reescritura em 2007 revela que a opinião do partido mudou. Aquilo que era o *desafio dos desafios* na opinião do partido – ou seja, conjugar incremento da produtividade com satisfação das necessidades materiais – está no mesmo nível de seus demais anseios, introduzidos pelo verbo *querer* no início de três orações do fragmento K2.

O outro apagamento evidencia a perda de importância dos conselhos de fábrica em relação às unidades produtivas. Em nenhum outro momento da resolução, no que se refere ao socialismo petista, os conselhos de fábrica são mencionados.

No fragmento “*O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica*”, a glosa permite ao PT comentar que esse anseio, o socialismo, é o seu objeto de desejo porque existirá com a constituição da democracia econômica.

A ausência das glosas e a repetição do verbo “dever” no fragmento do III Congresso contribuem para um deslize de modalidade nos fragmentos: em 1990 a predominância centrava-se no caráter alético e epistêmico, ao passo que em 2007, predominou o caráter alético e deôntico. Entende-se, pois, que as resoluções de 2007 incorporam um caráter mais pragmático, de ação, próprio daquele que governa.

4.2.3 A falta de coincidência entre os dizeres

Ainda sobre a relação entre democracia e socialismo petista, observem-se nos fragmentos abaixo os trechos destacados:

L1	1990, prg 6	L2	2007, p.17
<p>Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidarnosc polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. <u>O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo.</u></p>		<p>O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.</p> <p><u>O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.</u></p>	

Quadro 18 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

No fragmento L1, retirado do 7º Encontro, a relação da democracia com o socialismo se descreve sob o contexto de um período pós-ditadura no Brasil – como já fora dito –, de acordo com o trecho “*a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil*”. O PT contrapõe o socialismo petista ao socialismo real, criticando esse movimento, assim como outros regimes que não preservaram a liberdade. Essa argumentação petista foi objeto desta análise; por ora, cabe dizer que democracia está em aliança a socialismo em oposição à falta de liberdade. Por meio do par conector “ou... ou” no trecho sublinhado, a oposição se materializa de modo que o socialismo se descaracteriza em um regime sem liberdade.

Em L2 irrompe a voz da sustentabilidade: “*Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais*”. Ausente na resolução do 7º Encontro, a sustentabilidade é abordada no subitem “Socialismo democrático sustentável”, no capítulo “Socialismo Petista”. O conceito de sustentabilidade incorpora discussões e

alternativas para o desenvolvimento econômico com diminuição, ou eliminação, de prejuízo para o meio ambiente. Muito embora vários discursos em outros lugares estejam sob a designação de sustentabilidade, de caráter distinto, não é objetivo deste estudo abordá-lo. Aqui importa a construção de sentido da designação “sustentabilidade” em relação à de “democracia”. Conforme a resolução de 2007, a sustentabilidade é um mecanismo para estabelecer uma nova hegemonia da sociedade e do Estado. Assim, um dos alicerces da via socialista petista é a sustentabilidade; logo, seu Outro é formado por políticas que não sejam sustentáveis.

No fragmento sublinhado em L2, acrescentou-se o vocábulo “sustentável” em relação ao mesmo período sublinhado em L1. Entretanto, não foi apenas sua inserção em um dito anterior que provocou um deslocamento de sentido; foi a construção do Outro a partir do deslize de sentido de democracia. Isso mostra que, embora houvesse a tentativa de manter no fio do discurso as mesmas palavras, elas ressoaram sentidos distintos nesse caso. Se no contexto do período pós-ditadura defender democracia era defender liberdades políticas, em 2007 essa é uma conquista já alcançada pela sociedade – e, em termo de discurso, seria uma relação estabilizada. O que importa é saber qual novo sentido de democracia surge quando há cristalização de outro sentido. Em suma, no fragmento L1 ser democrático é ser a favor das liberdades políticas, contra ditadura; em L2, ser democrático é incorporar políticas sustentáveis.

A partir da concepção de prática discursiva apresentada no aporte teórico, uma comunidade discursiva produz discursos e é afetada por eles. Entretanto, tal comunidade não é homogênea e em se tratando de um partido de tendências, como é o PT, acredita-se que os embates se cristalizem no plano discursivo, mesmo em documentos que pretendam marcar uma voz oficial e una:

7º Encontro Nacional (1990)

M1 5d; Prg 6	Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo. ⁶
-----------------------	--

Quadro 19 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

III Congresso Nacional (2007)

M2 5a p.17	Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo
M3 5b; p.21	“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo” . Ao relembra esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.
M4 5c p.21	“Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira” (p.21)

Quadro 20 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Observem-se as frases sublinhadas em M1 e M3: são idênticas. O fragmento M3 incorpora o trecho marcado por aspas de M1. Entretanto, entende-se que apresentam distintos sentidos. Em todos os fragmentos, democracia e socialismo são colocados no mesmo campo que está em embate contra um Outro.

No documento do 7º Encontro em 1990, por meio do verbo *combater*, localiza-se o socialismo real em campo antagônico. O PT define o socialismo real e se lhe opõe quando lhe atribui determinadas práticas: *temos combatido os atentados às práticas à liberdade sindical, partidária, religiosa nos países do chamado socialismo real*. Os crimes contra trabalhadores rurais brasileiros se equivalem aos crimes contra a humanidade ocorridos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial ao completar o

⁶ Grifo nosso

verbo *denunciar*. Resumindo, lugar da democracia é o lugar do combate às práticas de cerceamento de liberdade do socialismo real, além de ser o lugar de denúncia de crimes contra trabalhadores rurais no Brasil e contra a humanidade na China e na Romênia – referência construída mediante a citação de episódios de confronto entre governo e população resultando em centenas de mortos. Compreendendo todo discurso como uma réplica ao que o antecede e uma antecipação ao que lhe decorre, em movimento dialógico, marcar sua condição democrática contra os expedientes demonstrados denota que uma outra voz em algum outro lugar coloca o PT em aliança ao socialismo real, ao comunismo praticado na China e ao socialismo real praticado na Romênia. Esta pesquisa entende que, ao incluir a denúncia a crimes contra trabalhadores rurais, não se trataria de uma voz que atribuísse ao PT uma consonância a tais crimes; seria, sim, uma estratégia do partido em igualar em gravidade crimes ocorridos no Brasil – capitalista – àqueles ocorridos nos referidos países. Poder-se-ia dizer, de modo exagerado, que, a partir da resolução de 1990, ser democrático é não pertencer ao comunismo, ao socialismo real e não perseguir trabalhadores rurais.

Retome-se, então, o fragmento **M3** extraído da resolução de 2007: *“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo. Ao lembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia **não** combinam com racismo, machismo e homofobia”*.

Por meio da negação grifada recupera-se da memória construída no documento de 1990 o campo de aliança ao PT: socialismo e democracia; por outro lado, contrapõe-lhe em antagonismo – mediante designação – racismo, machismo, homofobia. A relação entre os campos de embate, neste caso, é ainda determinada por outro elemento: o *nós* em *“queremos ir além”*. Observe-se o fragmento M2, também retirado da resolução de 2007:

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo. (p.17)

Quadro 20.1 – Deslocamentos de sentido nas coincidências do dizer

Percebe-se que o “nós” do fragmento M3 é o mesmo do M2 que se apresenta pela mesma designação: o Movimento Negro. Portanto, no fragmento M3, além de demarcar os campos em embate, o movimento negro utiliza a expressão “*queremos ir além*” para acrescentar sentidos que não estavam estabilizados na resolução de 1990. Assim, embora não descarte as discussões do 7º Encontro – utiliza, inclusive, fragmento de seu texto – enfatiza as questões relativas à mulher, ao negro e ao homossexual.

De modo similar, em M3, o movimento negro se apresenta em aliança com o PT – “*Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo*” –, ao figurarem, em campo antagônico, capitalismo e racismo. Por meio da negação no nível lexical e no nível oracional pela construção concessiva “*mesmo que* de forma *não* aprofundada”, o movimento negro apresenta seu distanciamento do partido, apresenta sua crítica. Além disso, cria-se a dêixis enunciativa – “desde sua fundação” – para forjar uma continuidade da relação entre PT e a luta contra o racismo.

A polêmica entre PT e movimento negro segue no fragmento M4: “Se **queremos** ampliar o espaço público e controle social do Estado, se **queremos** construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do **PT** com a **liderança negra** no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras **forças políticas da sociedade brasileira**”

É importante ressaltar que na resolução de 1990 havia pouco espaço para as discussões sobre as minorias; elas foram abordadas, porém em espaço reduzido em relação a outros assuntos. Em 2007, como foi apresentado, há um subitem exclusivo que trata de tais questões: “Pela superação da opressão de raça, gênero e classe”

Através de duas designações – PT e liderança negra –, denotam-se dois campos: o “nós”, aquele que fala, ou seja, movimento negro e o Outro, o PT e outras forças políticas da sociedade brasileira. Desse modo, o movimento negro embora faça parte da comunidade discursiva petista, se apresenta como um elemento externo.

O Mesmo petista apresenta-se em polêmica interna, ou seja, na mesma comunidade discursiva petista irrompe a voz da liderança negra para marcar ora oposição, ora aliança. O destaque dessa polêmica é a formulação no capítulo de um enunciador diferente do restante da resolução. O movimento negro, ao se designar como tal na resolução, demarca seus limites em relação ao PT. Este estudo compreende que a relação entre PT e o movimento negro é aquela que melhor denota a polêmica referenciada no capítulo metodologia quando foi dito que os textos das resoluções de congresso nacionais eram objetos de disputa entre as tendências formadoras da legenda.

Acrescente-se mais uma observação: embora o subitem se intitule *Pela superação da opressão de raça, gênero e classe*, ele apresenta uma longa discussão sobre o conceito de democracia racial, abordando as questões referentes ao gênero e classe em segundo plano, o que revela a importância, e poder, do movimento negro frente a outras “minorias” que compõem o partido.

Retomando a questão inicial, ou seja, comparar a oração “O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo” em dois momentos de enunciação distintos, pode-se concluir que houve uma ruptura nos sentidos construídos. Em 1990, o campo de aliança do Mesmo petista configurava a luta pela liberdade sindical, partidária, religiosa, pelos trabalhadores rurais, pela democracia; já o campo antagônico era constituído pelo comunismo, socialismo real e social-democracia, configurando uma polêmica com um Outro externo à sua formação discursiva. Em 2007, a referida oração se insere em outro teor de polêmica, aquela presente no próprio Mesmo petista. A questão da mulher, do homossexual, da classe e do negro, sobretudo, marca a heterogeneidade petista. Mais uma vez, o PT apresenta a repetição como estratégia lingüística de continuidade no seu discurso, mas os sentidos não coincidem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar as questões que orientaram esta pesquisa, pode-se concluir que o conceito de paráfrase como ressonância discursiva foi extremamente produtor em face da estrutura organizativa das resoluções. Em 1990, quando o documento do 7º Encontro Nacional é produzido, suas diretrizes ramificaram sentidos de modo que, mesmo quando não citadas textualmente, os princípios ali registrados consolidaram a memória daquilo que era o socialismo para o Partido dos Trabalhadores.

Ao reescrever os princípios do socialismo petista, a agremiação opta por levar ao fio discursivo da resolução de 2007 fragmentos da resolução do 7º Encontro Nacional com o objetivo de corporificá-los, sem refutação; o partido no intradiscorso simula uma coerência entre o que disse e aquilo que diz. Entretanto, dizer o que foi dito vai além da repetição de palavras. A paráfrase como ressonância discursiva permite conceber a formação de um sentido a partir de elementos que foram mobilizados, que estavam dispersos no interdiscorso. Quando utiliza a estratégia lingüística da repetição, o PT apresenta uma imagem comprometida com a sua história. Que partido é esse? Esse é um partido que projeta uma imagem de coerência.

Uma das perguntas postuladas por este trabalho recaía sobre as diretrizes da organização; de outro modo, em que o partido acreditava? A discussão sobre **socialismo** responde à indagação. O objetivo deste trabalho não era examinar se os princípios definidos pelo PT como *socialismo* estão ou não em consonância com a designação e seus sentidos em outros espaços. Esta pesquisa destinou-se a compreender quais eram as polêmicas estabelecidas e os sentidos consolidados nas resoluções. O embate que orienta os demais ocorre entre socialismo e capitalismo. A partir dessa dicotomia, compreende-se também aquilo que a legenda rechaça.

Se, por um lado, um partido se caracteriza pelas idéias em que acredita, por outro se configura pelas pessoas que dele fazem parte. Na produção discursiva, essa configuração se constitui em uma comunidade discursiva, neste caso, a petista. A partir do conceito de heterogeneidade, encontraram-se suas principais marcas pelas designações. A mudança de um grupo de designações que privilegiava uma

descrição do caráter teórico do socialismo, para outro grupo que preconizava um caráter mais prático, revela a alteração na perspectiva sobre o socialismo. Quando partido governista, as orientações de ordem prática se destacaram sobre as teóricas.

Se a heterogeneidade é constitutiva do Mesmo, de maneira igual constitui seu Outro. E quem é o Outro petista? No 7º Encontro, o embate era bastante delimitado: burguesia e elites dominantes, juntamente com outras designações, marcavam a fronteira entre o PT e o não PT. No III Congresso, a fronteira esfumou-se. Se, em 1990, as designações apresentavam um agente (burguesia, p.ex.), em 2007 surge em seu lugar apenas o referente (duras condições de exploração). O apagamento do agente pela mudança de estatuto – de oposição a governo – possibilita a adesão de um maior número de enunciadores e o reconhecimento desses enunciadores como formadores da comunidade responsável pela aprovação das resoluções. Mais que a mudança na constituição da comunidade, o que importa é denotar uma alteração na própria FD petista. O partido que nasceu do movimento sindical operário viria a apresentar, em 2007, na própria comunidade discursiva, elementos que formavam outra FD antagônica, como os empresários.

A relação ambígua e conflituosa denotada a partir das designações referentes a empresariado evidencia a forte tensão entre o velho e o novo. A incorporação de um elemento de outra FD tem suas coerções e, por conseguinte, embates. Por isso, embora o PT tente simular uma coerência com sua história, ele exhibe, nesse aspecto, sua contradição fundamental no que respeita ao socialismo.

O choque entre as distintas FDs é atenuado por meio de distintas estratégias lingüísticas: uso de modalizadores, apagamento, dentre outras. O partido necessita, então, recontar a sua história na tentativa de desestabilizar seu discurso primeiro. Isso abre espaço para contradição, e naturalmente, para elaboração de uma resolução

Assim como houve fragmentos na resolução de 2007 em que a legenda apresentou uma imagem de gerenciador de conflitos na interlocução com o empresariado, a imagem de conciliador também surge na relação com outros partidos de esquerda,

sobretudo quando se refere à social-democracia. Mais uma vez são esfumados os limites entre o Mesmo e o Outro em 2007.

É necessário ainda ressaltar na relação polêmica o papel de destaque da voz do movimento negro nas resoluções de 2007. Discretamente presente na resolução de 1990, o movimento negro mostra que ganhou espaço no partido, ainda que se trate de uma voz dissonante da oficial. Ela é a responsável por apresentar os conflitos mais claros entre, por exemplo, empresariado e neoliberalismo.

Em relação a ele, o neoliberalismo, pode-se concluir que se trata do grande Outro no documento de 2007, assim como o foram a ditadura e o capitalismo em 1990. Neoliberal, em princípio, é um conceito teórico que orienta a organização na relação de trabalho. Entretanto, ganha um novo sentido ao ser relacionado ao período do governo de FHC. Desse modo, dilui-se o caráter teórico do embate, abrindo espaço para o caráter político-eleitoral, pois, como o próprio partido admite, uma alternativa socialista ao neoliberalismo ainda está por ser construída.

Cabe ainda lembrar que as resoluções são documentos prescritivos; logo, implicam uma ação. Ao analisar os fragmentos referentes à democracia, verificou-se a predominância de um caráter alético e epistêmico na resolução de 1990 e de um caráter alético e deontico em 2007. Muito embora esta pesquisa não tenha realizado análise exaustiva sobre modalidade, o presente estudo traceja um movimento na apresentação da imagem do PT. Considerando que ambas as resoluções são prescritivas, a acentuação do caráter deontico do documento de 2007 em relação ao de 1990 indicia que, ao falar como partido governista, o PT o faz do lugar de quem comanda, de quem está autorizado a dar ordem.

Por fim, entende-se que, além de buscar garantir a imagem de partido coerente com sua história, o PT busca desestabilizar os sentidos construídos pelos discursos inscritos na memória petista, ao tentar simular a continuidade, no fio discursivo, de um dizer que não estava dito. Ao atenuar os limites da polêmica em 2007, o partido assume um discurso universalista, em que todos podem pertencer ou se identificar com a legenda, característica que se assemelha à de um partido *catch-all* que, no intuito de se eleger, reivindica interesses comuns com o maior número de classes

sociais, desvinculando-se de sua original base de apoio, como já descreveu o presente estudo no capítulo de Contextualização. Esta pesquisa considera que a posição de partido governista permite a predominância de um caráter universalista.

As práticas que validam o discurso em 1990 são distintas daquelas a que se recorre em 2007 sob dois aspectos: alteração na formação discursiva petista e mudança de posição enunciativa. Em ambos os aspectos, a alteração ocorreu gradual e atreladamente. À medida que o partido ocupa cargos no poder institucional, ele incorpora outras práticas; portanto, aquilo que pertencia ao Outro antagônico passa a pertencer, pelo menos em parte, ao Mesmo petista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia Ribeiro. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas- Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.2, n. 2, dez. 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Uma esquerda fora de lugar: o Governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Authier-Revuz, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. *Estética da Criação Verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

BOBBIO, Noberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Ariadne)

CORACINI, Maria J.R.F. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas, SP. Editora Pontes, 1991.

DALLAGNOL, Rafaela. *As mudanças no PT: a transformação de um partido de massas em um partido catch-all. 2006. 103f.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Rev. técnica da trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FILHO, Daniel A. Reis. As esquerdas no Brasil. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectiva da esquerda*. São Paulo Chapecó: Editora Perseu Abramo; Chapecó, SC : Argos, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Resoluções do 7º Encontro Nacional; Resoluções do III Congresso Nacional*. Disponível em: <www.fpabramo.org.br> Acesso em: 03 de setembro de 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprenda a pensar*. 26.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectiva da esquerda*. São Paulo: Ed.Perseu Abramo; Chapecó, SC: Argos, 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro: de Bakhtin à Análise do Discurso. In ZANDWAIS, Ana. *Mikhail Bakhtin: contribuições para a Filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. p.116-131.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, [19--]

KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. 1.ed. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Ed. Criar, 2005.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3.ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP. Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 7.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória : In ACHARD, Pierre...[et al.] *Papel da memória* Trad. e introdução José Horta Nunes. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PEDRO, Antônio; Souza Lima, Lizânias; Carvalho, Yone. *História do mundo ocidental: ensino médio- volume único*. São Paulo: FTD, 2005.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212,1992.

SADER, Emir. *A vingança da História*. 1.ed. São Paulo:Boitempo, 2003.

SAMUELS, David. *Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil*. Dados, Rio de Janeiro, v.40, n.3,1997.

SERRANI, Silvana M. *A paráfrase como ressonância interdiscursiva na construção do imaginário de língua – o caso do espanhol riopratense*.1991.330f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas ,1991.

O SOCIALISMO PETISTA

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1- O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a Ditadura Militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Padre Josimo, Chico Mendes e tantos outros.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.

2- A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no País.

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do Partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção

política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3- Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.

O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

4- Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, conseqüência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravização, que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de 20 anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5- Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

6- Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivela experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha Nazista e da ocupação desses países pelo Exército Soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais, as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemonizado por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionaram conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

7- A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do Partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 80 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais.

De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na auto-educação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

8- Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade

político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o País, impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

9- Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

10- O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente

libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

11- A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.

12- No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

13- O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco

esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

Realizado em São Paulo entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2007, o 3º Congresso Nacional do PT reuniu 927 delegados de todo o país e traçou as diretrizes do partido para o período que se iniciou após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram três dias de intensos debates, que resultaram na aprovação de resoluções relativas aos temas centrais do Congresso – O Socialismo Petista; O Brasil que Queremos; e PT: Concepção e Funcionamento – agora reunidas nesta publicação.

Além das resoluções, o livro traz as moções aprovadas, o registro das delegações estrangeiras presentes e a íntegra do discurso do presidente Lula, que falou sobre nosso projeto de transformação social e fez uma veemente defesa do PT, conclamando a militância a ser firme nos momentos difíceis e a enfrentar as adversidades de cabeça erguida.

“Para nós, a luta sempre continua!”, resumiu Lula na ocasião.

Certamente que sim. E ao sair do 3º Congresso reafirmando a força de suas idéias e de suas origens, o PT mostrou o quanto está unido e preparado para enfrentar as muitas batalhas que ainda virão.

Ricardo Berzoini
Presidente Nacional do PT

O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida, e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades religiosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que contribuiu para que o PT se tornasse uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas “revoluções de veludo” no leste europeu e a posterior dissolução da URSS não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um ca-

pitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo “neo” que se acoplou a esse liberalismo requeitado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituía o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o “fim da história”, que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente à própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência do Consenso de Washington promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo – especialmente nos da América Latina – os efeitos dessas teses foram devastadores. As idéias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os princípios neo-liberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neoliberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contra-reforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neo-liberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das idéias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das idéias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais – de imprevisíveis consequências – não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contra-revolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas demo-

cráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizavam um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica – persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de

manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego - para alguns "obsoleta" - deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional - que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso - com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Precisamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma so-

lidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

Os principais traços do socialismo

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

Um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais de-

vem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

d) a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

Socialismo Democrático e Sustentável

O 3º. Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º. Congresso do PT e pelo VII Encontro Nacional,

agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas - conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo - foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza - estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

Pela superação da opressão de raça, gênero e classe

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e

racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Européia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que “os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada”.

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o *apartheid* racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e conseqüentemente aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nega nosso direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este *apartheid* racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sócio-racial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma aceção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a idéia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o *apartheid* – e a destruição física do *genos*, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007).

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da

democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência anti-racista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador negro (a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de

discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia-a-dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão-de-obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. Esse é o primeiro passo para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao lembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo, da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares, além do engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revoltas dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências da luta dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O Socialismo que queremos construir

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referência central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distri-

buição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito a terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema sócio-econômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da educação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxação do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupação e de exploração das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstos nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no V Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no VII Encontro (1990) e referendada no 1º. e 2º. Congressos. Esta reafirmação não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

Socialismo e Estratégia

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso Partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas anti-latifundiárias, anti-monopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade a elaboração estratégica dos anos 80, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)